



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL | | | |
|--|---------------------|-------------------|-------------|
| EVENTO: Audiência Pública | REUNIÃO Nº: 1953/13 | DATA: 13/11/2013 | |
| LOCAL: Plenário 3 das Comissões | INÍCIO: 10h48min | TÉRMINO: 13h19min | PÁGINAS: 55 |

| DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO |
|--|
| DANIEL MARTELETO GODINHO - Secretário de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. RONALDO COSTA FILHO - Diretor do Departamento de Negociações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores. |

| SUMÁRIO |
|---|
| Apresentação dos acordos entre o Brasil e o Reino Unido e dos memorandos de entendimento entre o Governo brasileiro e o Governo britânico. Questões gerais do comércio exterior brasileiro em relação a blocos econômicos como o MERCOSUL. Acordo do Pacífico com a Colômbia, México, Peru e Chile. Ampliação dos acordos comerciais do Brasil e do MERCOSUL com a União Europeia. Principais temas que figuram na atual política de comércio exterior do Brasil. |

| OBSERVAÇÕES |
|---|
| Há orador não identificado em breve intervenção. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível. |



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Bom dia. Vamos dar início à audiência pública. O Presidente Nelson Pellegrino encontra-se em missão oficial, e tenho a honra, portanto, de substituí-lo.

Em nome da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, dou boas-vindas aos nossos convidados, que, gentilmente, aceitaram o convite para participar deste importante debate. Dou boas-vindas igualmente a todos os Parlamentares e a todos os presentes aqui hoje.

Quero dizer que esta reunião ordinária de audiência pública tem por objetivo apresentar os acordos entre o Brasil e o Reino Unido e também os memorandos de entendimento entre o Governo brasileiro e o Governo britânico, além de contemplar outros aspectos relevantes relacionados à política de comércio exterior do Brasil. Decorre da aprovação dos Requerimentos nºs 271 e 356, ambos de 2013.

Foi chamado para atuar como debatedor o Sr. Daniel Marteleto Godinho, Secretário de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que convido para aqui comparecer, e também o Sr. Ministro Ronaldo Costa Filho, Diretor do Departamento de Negociações Internacionais, do Ministério das Relações Exteriores, que também convido para estar conosco aqui na mesa.

A reunião, como de praxe, está sendo gravada para posterior transcrição. Após a exposição dos convidados, abriremos o debate para os Parlamentares inscritos.

Passo, portanto, a palavra ao Sr. Daniel Marteleto Godinho, para a sua exposição. O prazo normal é de 20 minutos, podendo ser menos ou mais.

O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO - Bom dia a todos. Eu gostaria de começar agradecendo à Comissão o convite, que tanto me honra. É um grande prazer estar aqui e poder debater sobre temas tão importantes para o nosso País, como, enfim, as políticas de comércio exterior, as negociações internacionais. Eu pretendo aqui hoje abordar ações que estamos tomando tanto no âmbito externo quanto no âmbito interno, no âmbito doméstico.

Eu queria fazer um cumprimento muito especial ao Deputado Eduardo Azeredo — é uma honra estar aqui ao lado do senhor, e também à Deputada Jaqueline Roriz, autora do requerimento, a quem eu gostaria de agradecer a



oportunidade. Desde já quero me colocar à disposição de todos, Deputados, enfim, todos os presentes. Sempre que julgarem necessário, importante, eu estarei à disposição dos senhores para debater, para trazer informações. Este é o nosso dever.

Começo a minha exposição com uma afirmação: o Brasil hoje está ativo em todas as frentes de negociações comerciais, conforme pretendo expor agora na sequência. Na esfera multilateral, o Brasil sempre atribuiu importância estratégica à Organização Mundial do Comércio, e por uma razão muito simples, fundamental, pragmática e direta: é somente nesse foro que nós temos a possibilidade de debater, de discutir e de resolver temas fundamentais para a economia brasileira como um todo.

O melhor exemplo de um tema discutido multilateralmente é a questão dos subsídios agrícolas. Muitas vezes, nós nos esquecemos dos efeitos danosos desses subsídios agrícolas em relação à agricultura brasileira. Em tempos de preços elevados de nossas *commodities*, alguns analistas se esquecem de que a prática de subsídios agrícolas por alguns países distorce preços internacionais e traz prejuízos diretos aos nossos agricultores. Esse é um tema que somente pode ser debatido no âmbito multilateral. Não há possibilidade técnica de debate bilateral ou regional.

Dou um exemplo muito simples. Estamos engajados nas negociações com a União Europeia, sobre as quais eu falarei em breve a respeito, e não é possível, tecnicamente, negociar com os europeus um compromisso que faça com que os subsídios europeus sejam retirados somente naquilo em que afetam os preços internacionais ou a economia brasileira. Tecnicamente, não é possível. Quando se fala de subsídios agrícolas, ou tratamos de sua eliminação ou não há condições técnicas de avanço nesse debate. Por isso a importância da OMC, a importância estratégica desse foro como único possível para resolver esse problema que é tão caro à economia brasileira como um todo.

Portanto, nós continuaremos defendendo esse foro muito importante. O Governo brasileiro está completamente mobilizado no momento em relação à reunião ministerial da OMC que ocorrerá em Bali, de 3 a 6 de dezembro, no finalzinho do ano. Desejamos, obviamente, chegar a um acordo que possibilite que a



OMC continue sendo um foro vigoroso de debate, onde poderemos mais uma vez solucionar esses problemas tão importantes para o País.

Quero passar para a esfera regional e bilateral, fazendo uma observação muito simples que muitas vezes escapa à análise de muitos. A opção ou a prioridade brasileira dada ao foro multilateral não exclui de forma alguma a possibilidade de negociações regionais ou bilaterais. Esses foros não são excludentes, e o Brasil também está ativo nos foros regional e bilateral.

Em relação ao MERCOSUL, eu apresento alguns números, dados da realidade, que demonstram o vigor desse bloco comercial e a importância econômica dele para o País. Entre 1990 e 2012, as exportações do Brasil para os países do MERCOSUL passaram de 1.3 bilhão de dólares para 22.8 bilhões de dólares. Isso representa um aumento de 17 vezes nas exportações brasileiras. O saldo comercial brasileiro com esses países passou de um déficit, na verdade, de 100 milhões de dólares, em 1990, para um superávit comercial de 3.5 bilhões, em 2011. Portanto, são números muito expressivos e muito importantes para o País.

Em 2012, nós atingimos um saldo comercial superavitário de 7.6 bilhões, ainda superior aos saldos anteriormente registrados. No ano corrente, até o mês de outubro, segundo dados consolidados até o final do referido mês, nós temos igualmente um saldo positivo de 7.1 bilhão de dólares.

Um exemplo também eloquente, em termos numéricos, é que, nos últimos 10 anos, as exportações mundiais cresceram 142%. Nesse mesmo período, as exportações brasileiras para o mundo cresceram num patamar bastante superior de 231%. Já as exportações brasileiras para os países do bloco cresceram 301%.

Portanto, em termos proporcionais, as nossas exportações para os membros do MERCOSUL crescem de forma mais acelerada e mais vigorosa se comparadas às nossas exportações para o restante do mundo, especialmente se comparadas às exportações mundiais como um todo. Também são números que demonstram, na prática, a importância desse bloco comercial.

Nós reconhecemos que há barreiras comerciais, há problemas pontuais no âmbito do bloco. Nós, do Governo, nunca negamos isso, mas entendemos essa situação como algo normal quando tratamos de um relacionamento comercial tão aprofundado como aquele que temos no âmbito do MERCOSUL. Todos os países



que se engajaram em exercícios de integração comercial tão aprofundados têm problemas iguais ou muitas vezes maiores do que aqueles registrados no âmbito do MERCOSUL.

Nós aqui — e eu digo isso agora em caráter quase pessoal — não tentamos negar problemas de forma alguma ou sequer minimizá-los; não é o meu estilo e não é o que fazemos, como dever de ofício, no Ministério. Todos os dias, o nosso trabalho diário é tentar derrubar toda e qualquer barreira que se apresente em relação às exportações de produtos brasileiros. Nós temos, como é amplamente noticiado, problemas pontuais de exportação de alguns setores — eu destacaria o setor de calçados — para a Argentina. Não há um dia sequer que eu não converse com a minha contraparte na Argentina, principalmente com os exportadores brasileiros que sofrem essas barreiras. Ontem mesmo eu falei com três deles. Portanto, é um trabalho contínuo, é um trabalho do qual não abrimos mão, não abriremos mão, mas nós temos que entender tudo isso no seu contexto: quanto maior a integração, maiores são as dificuldades, maior é a possibilidade de problemas pontuais surgirem.

Também gostaria de compartilhar alguns dados em relação às trocas bilaterais que nós temos com a Argentina. A Argentina é o nosso terceiro parceiro comercial. É um parceiro muito importante. As exportações para esse país crescem este ano num ritmo acelerado. A taxa de crescimento está na faixa dos 10%. É um crescimento registrado em quase todos os segmentos econômicos, mas bastante puxado para o setor de automóveis.

Quero chamar também a atenção para a característica qualitativa das exportações brasileiras para o MERCOSUL: cerca de 90% de nossas exportações para esse bloco são compostas de produtos manufaturados. Portanto, é um diferencial muito importante para um País que é sabidamente bastante competitivo na área agrícola e no agronegócio. Ter um bloco para o qual nós podemos exportar produtos de maior valor agregado é algo fundamental para a economia e para a indústria brasileira.

Gostaria também de compartilhar um pouquinho da minha experiência diária nesse trato sobre barreiras. Nós temos barreiras não só no âmbito do MERCOSUL, mas também enfrentamos barreiras comerciais com todos os países do mundo.



Essa é a realidade. Quero dizer aos senhores que é mais fácil, ou talvez menos difícil seja a expressão mais apropriada, tratar dessas barreiras quando se tem um bloco, quando se tem um foro institucional para debatê-las, do que quando esse foro não existe. Portanto, nós conseguimos, neste nosso trabalho diário, derrubar muitas barreiras pela existência do MERCOSUL.

O MERCOSUL nos ajuda, como foro de debate, a resolver todos os problemas. Com outros países com os quais não temos um mecanismo de integração tão avançado, os debates em torno de barreiras comerciais são muito mais lentos e muito mais difíceis de registro em termos de avanço.

Quero também, enfim, ressaltar a importância da adesão da Venezuela ao MERCOSUL, lembrando que, no ano passado, aquele país representou o terceiro maior superávit comercial do Brasil como um todo, perdendo apenas para a China e para União Europeia, para a Holanda especificamente em termos de país. Este ano, o mesmo comportamento se repete: a Venezuela representa o nosso terceiro maior superávit comercial com todo o mundo.

Portanto, mais uma vez isso demonstra muito pragmatismo na escolha do nosso novo sócio. É um mercado muito importante, e nós temos certeza de que, com a adesão da Venezuela ao MERCOSUL e suas consequências práticas, com a adesão de uma tarifa comum do MERCOSUL em relação a todos os terceiros países e tarifa zero no mercado, nas trocas comerciais internas do bloco, as nossas exportações para aquele país serão muito impulsionadas.

Saindo um pouquinho do MERCOSUL e tentando compartilhar com os senhores a nossa experiência em termos de acordo com outros países vizinhos, o Brasil, ao contrário do que se afirma, tem acordos comerciais importantes com todos os seus vizinhos. Nós temos uma rede de acordos muito importante que faz com que possamos exportar muito e com muita qualidade para todos esses países.

Nós temos uma realidade que é uma média tarifária aplicada por esses países vizinhos muito mais elevada do que aquela média tarifária praticada por outros países do mundo. Portanto, o instrumento do acordo comercial, ao mirar em desgravação tarifária, ou seja, em redução de alíquotas de imposto de importação, permite que o Brasil tenha uma competitividade relativa muito avançada nesses mercados. Esta é a nossa realidade: 20% de nossas exportações vão para os



nossos países vizinhos; desse total, 75% são de produtos manufaturados. Mais uma vez, temos aí uma importância em termos quantitativos e qualitativos.

Vou citar aqui alguns exemplos de acordos no âmbito da ALADI, da nossa região. Nós temos um acordo firmado entre o MERCOSUL e o Chile, de 1996, com toda a pauta desgravada a 100%; ou seja, há livre comércio efetivo entre o MERCOSUL, entre os nossos países, entre o Brasil e o Chile.

O mesmo se dá em relação à Bolívia, com quem temos um acordo desde 1997, com as mesmíssimas características, toda a pauta comercial já desgravada a zero.

Temos um acordo com o Peru; em 2014, nós teremos a preferência total, enfim, a tarifa zero em cerca de 86% dos produtos, Deputado. E essa desgravação, esse processo de desgravação, termina no ano de 2019. Até lá, teremos toda a pauta desgravada e livre comércio também com este País.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Deixe-me interromper só um momentinho.

O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Se a Deputada Jaqueline Roriz me autorizar, pois ela é que é a autora do projeto. Esses acordos são só do Brasil, o MERCOSUL deixou?

O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO - Excelente pergunta, Deputado. Esses acordos são do MERCOSUL; os acordos que eu citei com o Chile e com a Bolívia são do MERCOSUL. O MERCOSUL possui uma regra pela qual a negociação de acordos comerciais deve, necessariamente, ocorrer em bloco. Portanto, esses são acordos em formato MERCOSUL.

Eu falava do acordo com o Peru, que temos desgravação total sobre uma gama muito ampla de produtos. Citarei agora o acordo com Colômbia e Equador: hoje temos livre comércio para cerca de 50% dos produtos com a Colômbia e 38% em relação ao Equador; atingiremos pleno livre comércio no ano de 2018 em relação a esses países.

Aqui passo a fazer apenas um pequeno comentário sobre a Aliança do Pacífico. Os senhores veem, pela lista que eu acabo de fornecer de acordos com países da região, que nós temos acordos importantes com vários dos países que se



engajam recentemente nesse novo exercício, na Aliança do Pacífico. Temos um acordo completo com o Chile, temos um acordo muito avançado com o Peru, temos um acordo avançado com a Colômbia. Em relação ao México, o outro membro da Aliança do Pacífico, nós temos um acordo no setor automotivo e temos um acordo, na visão do Governo brasileiro, ainda tímido em relação aos demais produtos da pauta. O Brasil, nos últimos muitos anos, tem tentado iniciar um processo de negociação com o México, um processo de negociação MERCOSUL-México para desgravação total dos produtos da pauta, o que nós chamamos de Acordo Estratégico MERCOSUL-México. E nós temos certeza de que o México, com esse movimento de abertura adicional, porque o México é um país aberto, no âmbito da Aliança do Pacífico, agora, enfim, aceitará se engajar nesta proposta que o Brasil e o MERCOSUL vêm tentando levar à frente há tanto tempo.

Portanto, apresento essa consideração apenas para dizer que nós já somos integrados com os nossos países irmãos da Aliança do Pacífico. Nós já temos uma parceria econômica importante e desejamos aprofundá-la.

Aproveito para fazer um comentário sobre algo que disse a Presidenta Dilma em sua missão ao Peru, realizada na segunda-feira. O Brasil apresentou uma proposta formal para todos os sócios do MERCOSUL, para desgravação total de todas as tarifas no âmbito da região, no âmbito da América do Sul, até dezembro de 2014. Essa é uma proposta muito ousada, muito importante, como eu dizia há pouco: nós só atingiremos esse *status* de livre comércio total nos anos de 2018 e 2019 e, portanto, apresentamos essa proposta porque queremos ver o livre comércio imperando na região, queremos ver a troca comercial sem tarifas e barreiras em toda a região, o que seguramente impulsionará a economia de todos os nossos países.

Nós estamos debatendo essa proposta brasileira no âmbito do MERCOSUL. Eu estava na reunião quando a proposta foi apresentada; ela foi muito bem recebida pelos nossos sócios do bloco, e o passo seguinte será levá-la aos demais países da América do Sul para aprofundar tudo isso que eu acabo de relatar aos senhores. Este é o desejo do Governo brasileiro: aprofundar as relações econômicas e comerciais com todos os países da região, não só com os da região, mas também com todos os demais.



E agora passo a falar de alguns acordos extrarregionais que tenho também. Temos acordos com Israel, fora da região, com a Índia, com a União Aduaneira da África do Sul, com o Egito, e gostaria de chamar a atenção em relação a esse acordo, Deputado, no que se refere ao Egito, porque ele se encontra em trâmite de consulta, enfim, de aprovação no âmbito do Congresso Nacional. É um acordo importante, um acordo que nós consideramos como estratégico, pois poderá abrir as portas de todo o Oriente Médio, da África, uma vez que o Egito é integrado, tem um acordo de livre comércio com os países do Oriente Médio e também com os países da África como um todo. Portanto, é uma abertura de oportunidades muito importante para as exportações brasileiras.

Nós fizemos um acordo muito ousado com a desgravação tarifária, enfim, livre comércio em praticamente todos os produtos da pauta num momento apropriado.

Eu e também toda a nossa equipe, tanto do MDIC — Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e, tenho certeza, quanto do MRE — Ministério das Relações Exteriores estamos à disposição para trazer mais informações detalhadas aos senhores, debater a importância desse acordo para a economia brasileira.

Importante também notar que o Egito tem um acordo de livre comércio com a União Europeia, portanto, é também uma via de acesso estratégico à União Europeia. Mas nós estamos avançando na nossa própria via de acesso, e eu vou, em breve, também relatar isso a todos os senhores.

O acordo MERCOSUL-Palestina também tramita no Congresso Nacional para aprovação, um acordo igualmente importante para o País.

Passo, então, a falar de novas frentes de negociação, do que nós estamos fazendo. Nós não estamos apenas ativos e temos uma rede de acordo consolidada, mas também estamos olhando para o futuro. E a principal iniciativa, olhando para o futuro, é a negociação do acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a União Europeia. As negociações foram iniciadas no ano de 1999, interrompidas no ano de 2004 e agora relançadas no ano de 2010, chegando a um momento estratégico, decisivo, atualmente, que é a troca de ofertas — e eu explicarei aos senhores do que se trata.



Eu apenas queria registrar que, melhor do que eu, temos aqui o nosso Ministro Ronaldo Costa, do Ministério das Relações Exteriores, que é o nosso chefe negociador desse acordo, dessa iniciativa, e que poderá dar ainda mais detalhes a respeito dela.

Mas eu queria compartilhar com os senhores algo que nós vimos muito de perto. Em primeiro lugar, existe uma visão hoje do Governo brasileiro sobre a importância desse acordo; esse acordo pode trazer ganhos enormes para o nosso País, e, portanto, há a decisão do Governo brasileiro em avançar. Essa decisão está tomada e é uma decisão firme. Há apoio, em geral, do setor privado; nós vemos manifestações da CNI — Confederação Nacional da Indústria, da FIESP — Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, da CNA — Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, enfim, de várias entidades importantes, mas eu queria compartilhar com os senhores o dia a dia de quem busca consolidar uma proposta final, firme para a União Europeia, nos termos que nós pactuamos durante o lançamento das negociações.

Para que nós cheguemos a essa oferta, nós temos que conversar com cada um dos setores e, setorialmente — eu preciso compartilhar isso com os senhores —, é que é aí onde se encontram os principais problemas, as principais resistências, os principais interesses defensivos.

Nós fizemos duas consultas públicas — isso é um exemplo do esforço do Governo brasileiro e de diálogo em torno desse acordo. Depois dessas duas consultas públicas, fizemos dezesseis reuniões setoriais com cada uma das entidades importantes, em termos de participação de comércio com os europeus, para que pudéssemos chegar a uma oferta ambiciosa como havíamos, mais uma vez, pactuado com os europeus. Chegamos a essa oferta, mas depois de um exercício muito difícil, muito difícil. E, setorialmente, ainda haverá resistências, é importante compartilhar com todos os senhores. Ainda haverá resistências, nós temos que conversar com cada um dos setores e mostrar a eles que, embora possa haver perda em algum produto, enfim, no curto prazo, há possibilidade de ganho no todo, especialmente no médio e no longo prazo.

Então, esse exercício é contínuo; não é porque o Governo brasileiro chegou a esse momento com a sua oferta pronta que esse exercício acabou. Quando a oferta



for compartilhada com os europeus e as negociações efetivamente se iniciarem, nós teremos que voltar a esse debate, e, mais uma vez, coloco todo o Governo brasileiro, enfim, todos nós que participamos diariamente das negociações à disposição para vir prestar informações adicionais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Mais uma vez: nós estamos negociando sozinhos ou é o Brasil com o MERCOSUL? Nós estamos acordados com os parceiros do MERCOSUL nessa negociação? Porque o que se sabe é que não existe um acordo interno para podermos conversar com os europeus.

O SR. DEPUTADO HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, depois eu me permitiria solicitar sobre esse tema uma informação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Eu vou inscrever. Na verdade, eu estou indisciplinado, não poderia fazer a pergunta agora.

A SRA. DEPUTADA JAQUELINE RORIZ - Deputado, eu estou muito feliz que V.Exa. esteja presidindo, porque domina muito esse tema, mesmo por ser membro do MERCOSUL.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Exatamente.

A SRA. DEPUTADA JAQUELINE RORIZ - Há poucos dias, V.Exa. nos informou que o MERCOSUL estava parado. E eu estou surpresa, Dr. Daniel Godinho, porque o senhor cita tanto o MERCOSUL, e até onde nós sabemos, não está tendo um funcionamento como o que está sendo esclarecido.

O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO - Sobre a questão do MERCOSUL, o que eu quis foi basicamente compartilhar números que mostram, ao contrário do que se pensa e costuma-se afirmar, a pujança do bloco em termos econômicos. Os números falam por si mesmos. Há crescimento muito importante de exportações, proporcionalmente maior do que crescimentos mundo afora, e mesmo do Brasil para o restante do mundo.

Portanto, eu acho que isso é muito importante para que tenhamos a dimensão, sem nos esquecermos dos problemas, Deputada. Acho que fui muito claro ao dizer isso: temos que combater os problemas que existem e que existirão, mas o bloco é economicamente importante para o País.



Em relação às negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia, mais uma vez o formato em bloco. Obviamente, há dificuldades, como eu acabo de relatar as nossas dificuldades internas, em que pese a decisão do Governo de prosseguir nessas negociações. Sempre, quando se engaja num exercício tão complexo e difícil como esse, há dificuldades em todos os países, em quase todos os setores — essa é a realidade atual.

A negociação será conduzida no âmbito do MERCOSUL, é uma negociação em bloco. Nós agora, no dia 15, em pleno feriado no País, mas não em Caracas, estaremos todos lá para trabalhar na consolidação de uma oferta no âmbito do MERCOSUL, ou seja, cruzarmos tudo aquilo que nacionalmente os nossos países sócios podem oferecer; e aí veremos os resultados.

O Governo brasileiro tem flexibilidade para avançar, fará propostas para que se possa avançar. A nossa decisão está tomada, e a nossa direção é essa. Só poderemos dar mais detalhes sobre o formato da oferta brasileira depois dessa reunião, enfim, das conversas que virão a partir dela. De novo: o Ministro Ronaldo Costa terá mais informações detalhadas a respeito.

Enfim, esta é a minha mensagem, uma mensagem de muito trabalho que foi feito para que cheguemos até este momento, em que pesem as dificuldades internas também no Brasil, e a decisão firme do Governo brasileiro em prosseguir. Como prosseguiremos? São cenas dos próximos capítulos que veremos; informaremos oportunamente a todos os senhores.

Eu queria levantar outra importante frente de negociação, mudando um pouquinho de foco, em relação a tudo que falei até agora, que é uma frente inovadora que o Brasil enfrenta. Nós não temos hoje acordos de investimentos firmados com nenhum outro país do mundo. Nos anos 90, houve uma onda enorme de assinaturas, de negociações, de acordos desse tipo, acordos chamados de proteção de investimentos, os quais o Brasil também assinou — o Poder Executivo brasileiro assinou alguns acordos.

Aproveito para comentar e elogiar o fantástico trabalho feito pelo Congresso Nacional, pela Câmara dos Deputados à época, quando analisou detidamente cada um dos acordos e recomendou ao final a sua não assinatura. O Congresso Nacional estava coberto de razão e felizmente enxergou com muita precisão, com muita



qualidade, todos aqueles problemas que ocorreram com vários países que assinaram esse tipo de acordo ao longo dos anos. É muito importante registrar, daí a importância desse debate e desse compartilhamento de informações, porque realmente toda a decisão tem que passar e ter o crivo do nosso Congresso Nacional, que sempre o fez de forma tão competente, tão brilhante. E esse é um exemplo muito importante do papel do Congresso Nacional.

Abandonamos esses acordos e aconteceu algo muito importante nos últimos anos que fez com que nós voltássemos a pensar nessa matéria. O Brasil passou a ser um grande investidor no exterior, esse é um dado também da realidade, especialmente nos países da África e da América Latina.

Portanto, nós desenhamos um modelo de acordo que decidimos chamar de Acordo de Facilitação e Cooperação de Investimentos — e esse não é um mero jogo de palavras. São características diferentes do acordo que foram debatidas também extensamente com o nosso setor privado e com todos os investidores brasileiros no exterior, e conseguimos chegar a um formato equilibrado de acordo que atenderá tanto aos nossos interesses como investidores quanto aos interesses daqueles que serão os receptores desse investimento.

Nós aprovamos esse novo modelo no âmbito da CAMEX — Câmara de Comércio Exterior —, do Conselho de Ministro da Câmara de Comércio Exterior, Conselho de Ministros formados por sete Ministérios que lidam diretamente com a matéria, e estamos avançando muito rapidamente em negociações com países africanos.

Esse modelo foi desenhado no âmbito de um grupo de trabalho criado para desenhar estratégias para a África. Portanto, esse primeiro foco é explicado não só pela questão formal de ter sido a proposta elaborada neste âmbito, mas por um foco muito pragmático. Nós investimos hoje muito no continente africano e temos empresas brasileiras com forte presença nesse continente. A África é o continente que mais rapidamente cresce no mundo nos últimos 10 anos. Portanto, hoje há uma proliferação de iniciativas nessa direção, em todas as frentes comerciais de várias potências mundiais em relação ao continente africano.



Nós também estamos dando o nosso passo firme e decisivo não só em relação àqueles acordos de comércio que eu citei, mas também em relação a essa iniciativa que trará muitos ganhos para o País; nós temos essa visão muito clara.

Queria, já pedindo desculpas por me alongar tanto, apenas compartilhar mais um pouco de informações, chamar a atenção para um trabalho de negociação que às vezes é quase invisível, é um trabalho diário, aquele trabalho de eliminação de barreiras. Isso é algo que nós fazemos de 8 horas da manhã até a meia-noite, é algo que não para e às vezes passa da meia-noite por causa do fuso horário, como é o caso da China.

Da China nós voltamos na semana passada. O Vice-Presidente Michel Temer liderou uma comitiva no âmbito da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação, a nossa COSBAN, que é um foro de diálogo no qual podemos resolver na semana passada assuntos importantíssimos para os exportadores brasileiros, como o protocolo sanitário do milho. Hoje o Brasil é um forte exportador de milho, que é o segundo produto que mais cresce na pauta exportadora brasileira. Conseguimos a liberação do mercado chinês para a exportação do milho brasileiro; a habilitação de cinco novas plantas para exportar carne para a China — conseguimos também essa liberação; e também o envio de uma missão chinesa para avaliação e inspeção sanitária de armazéns, enfim, de produtores brasileiros, com vistas à suspensão do embargo comercial em relação à carne bovina.

Portanto, são resultados pontuais, concretos, que surgem nesse trabalho que fazemos diariamente. Há muito pouco tempo, conseguimos a liberação de vendas, por exemplo, de aviões da EMBRAER para a China, um montante muito importante para as nossas trocas comerciais.

Em relação aos Estados Unidos, apenas alguns exemplos desse trabalho diário: o reconhecimento da cachaça brasileira, que não era reconhecida naquele país, o que impulsionará as nossas exportações de cachaça de forma importante; as tarifas do etanol, uma longa batalha de muitos anos que conseguimos vencer, conseguimos derrubar também; e a venda, mais uma vez, como exemplo de ações nos Estados Unidos, de aviões tucanos da EMBRAER, muito importante, depois de uma negociação muito ampla e complicada.



Isso, nós fazemos com todos os países do mundo todo tempo, esses aqui são apenas exemplos.

Eu poderia aqui falar sobre várias outras iniciativas, enfim, no âmbito das negociações internacionais. Estamos agora no exercício de ampliar o acordo que temos com a Índia, uma consulta pública finalizada, já em análise pelo Governo. Eu tentei demonstrar e espero ter demonstrado o ativismo brasileiro nessa área. Mas, antes de falar também sobre algumas frentes domésticas para as quais eu queria também chamar a atenção de todos, faço um contraponto quanto a tudo que eu disse até agora em relação aos memorandos de entendimento que firmamos com o Reino Unido e que foram o objeto inicial do requerimento que tanto me honrou, e que bom que pudemos ampliá-lo para debater isso tudo. Preciso explicar o que nós fizemos nessa ocasião.

Nós temos já um relacionamento comercial muito intenso com o Reino Unido, nós temos um Comitê Econômico e de Comércio Conjunto Brasil-Reino Unido, chamado JETCO. Nesse mecanismo, nós discutimos todos os assuntos da pauta bilateral, estratégias de aumento de exportações, investimentos bilaterais. Enfim, participam Governo e setor privado conosco, então, é algo que temos como corriqueiro, e temos instrumentos desse tipo com vários outros países. Mas especificamente em relação ao Reino Unido, o resultado da última reunião do JETCO foi a assinatura de dois memorandos. O primeiro deles, um memorando entre o MDIC — Ministério de Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior com o BIS, que é o órgão de comércio exterior do Reino Unido, a nossa instituição congênere, e esse memorando dispõe sobre projetos nas áreas de comércio, investimentos, serviços, sustentabilidade e educação. Enfim, eu vou citar aqui exatamente os projetos que firmamos, um projeto de governança sobre o papel das agências em facilitação do comércio. Os nossos colegas do Reino Unido têm muita experiência nessa área e nós queremos aprender com eles. A capacitação e inovação para pequenas e médias empresas, algo também muito importante; reciclagem de resíduos de equipamentos eletroeletrônicos; investimentos no setor terciário do Brasil e pesquisas, em geral, sobre comércio internacional.

Portanto, esses memorandos visam questões muito pontuais, mais ligadas à área de cooperação, e não ligadas a exercícios de acesso a mercado, redução de



tarifas, condições facilitadas para investimentos. Isso não é matéria desses memorandos. Tudo isso deve e sempre passará pelo crivo do Congresso Nacional, com toda a informação devida, desde o início dos processos até a sua aprovação final.

Assinamos também outro memorando com o Reino Unido, que trata de um mecanismo, que nós criamos, de apoio aos exportadores brasileiros, chamado CAPTA. É uma ferramenta *on line*. CAPTA significa Consulta aos Acordos de Preferência Tarifária. Esse é um trabalho de que eu tenho muito orgulho de ter participado. Até então, os exportadores tinham dificuldade em ter acesso àquelas preferências tarifárias conseguidas no âmbito dos acordos comerciais. Hoje existe um *site*, o exportador pode consultá-lo, o importador também, e pesquisar o *status* de cada um dos seus produtos em relação a preferências em outros países. Claro, ao saber dessas preferências, a decisão de se exportar para determinado mercado será orientada, facilitada, enfim, por essas informações. É algo muito importante. Basicamente, nós assinamos com o Reino Unido, que também tem um mecanismo muito avançado de consulta dessa característica, um mecanismo de cooperação pelo qual nós, a CNI — porque também esse é um memorando tripartite, é bom ressaltar — e o governo do Reino Unido cooperaremos na criação, na elaboração da fase 2 desse nosso projeto, que incluirá outras informações, como mercado de serviços, regras de origem, que são muito importantes também para essa decisão de se negociar, entre outras. Portanto é também um mecanismo de cooperação assinado com o Reino Unido.

Eu tenho e posso enviar aos senhores cópias de todos esses instrumentos. Isso é muito importante, e o farei, se assim os senhores desejarem. Nós teremos todas as informações e, se os senhores quiserem, alguma informação adicional também estou aqui à disposição.

Gostaria de, mais uma vez pedindo desculpas por me alongar tanto, terminar a minha fala apenas destacando duas frentes internas: hoje, o objeto do requerimento, da nossa audiência pública é bastante amplo e, portanto, eu não queria deixar de falar sobre defesa comercial e sobre a facilitação de comércio.

Sobre defesa comercial, nós começamos, há 2 anos, um trabalho muito intenso de reforço nessa área. Nós, por falta de pessoal e de uma legislação mais



moderna, não estávamos em condições de lidar com todos os desafios nessa área, porque nos últimos anos houve uma proliferação muito grande de pedidos, de demandas do setor privado pela adoção de medidas de defesa comercial, e nós tivemos que rever tudo no nosso Departamento, na nossa Secretaria de Comércio Exterior e conseguimos, felizmente, entregar algo muito concreto.

Em primeiro lugar, um decreto, o Decreto nº 8.058, que prevê mais transparência, regras mais claras, mas diretas que, no final das contas, gerará uma redução do prazo médio das investigações, determinações preliminares, que é a condição para a aplicação de direitos de 180 para 120 dias, e uma redução no prazo médio das investigações como um todo, de 15 para 10 meses. Nós queremos bater esses recordes aqui. Essas são metas, mas nós estamos avançando muito rápido já em processos que foram abertos sob a égide dessa nova legislação, e teremos, em breve, resultados importantes para compartilhar com os senhores.

Nós contratamos também, por meio de concurso público, novos investigadores, e hoje temos plenas condições de enfrentar todos esses desafios nessa área. Hoje nós temos 69 investigações abertas, em curso, e temos 97 medidas aplicadas em relação a vários países do mundo, 95 medidas de *antidumping* e 2 de anticircunvenção aplicadas contra todo o mundo, além de 2 medidas provisórias. O Brasil é hoje o país que mais aplica medidas de defesa comercial, e aqui eu queria fazer um parêntese muito importante: defesa comercial não significa de forma alguma protecionismo. Defesa comercial é o combate a medidas desleais e ilegais de comércio. O Governo brasileiro não tem nenhum preconceito em relação a importações, até porque dois terços das importações brasileiras são de produtos primários, produtos intermediários e bens de capital, que são utilizados, em última instância, para investimento produtivo no próprio País. Mas nós temos tudo contra e combateremos até o fim toda e qualquer importação ilegal e desleal. Por isso a importância de reforço nessa área da defesa comercial.

Outras duas iniciativas importantes de reforço nessa área: nós criamos uma investigação de falsa declaração de origem. Havia muita fraude em relação a isso. Estamos apresentando resultados robustos nessa área. E também criamos um grupo de inteligência com a Receita Federal para combater fraudes diárias. Enfim, o setor privado traz para o Governo denúncias, e nós aplicamos sanções, corremos



atrás das informações e vamos, na ponta, resolver problemas denunciados pelo setor privado. Aqui também nós temos muitos resultados importantes a serem demonstrados.

Para finalizar a minha intervenção, eu queria falar sobre facilitação de comércio. Tudo isso que eu disse até agora é muito importante, mas, se o Brasil não der um passo adiante em relação a essa área de facilitação, nós teremos muitos problemas na área de comércio exterior. O projeto está finalizado e muito em breve será oficialmente lançado de introdução do conceito de janela única no País.

Hoje nós temos, Deputado, 17 órgãos intervenientes no comércio exterior no lado das importações, e 11 órgãos diferentes no lado das exportações. Cada órgão com suas exigências, com seus processos, alguns ainda em papel. O que nós trazemos com o conceito de janela única e com esse novo programa é uma integração entre todos esses órgãos, que gerará muitos resultados em termos de eficiência, velocidade de liberação de produtos e, no final das contas, em termos de custos.

Também debatemos tudo que fazemos com o setor privado. O setor privado está ao nosso lado nesse trabalho, e temos algo muito ousado realmente para apresentar já agora no final deste ano. E isso mudará a cara do comércio exterior brasileiro, não tenho a menor dúvida.

Portanto, mais uma vez ressaltando que o objeto do requerimento, da nossa audiência é bastante mais amplo que tudo isso que eu trouxe para informação e debate, mas eu acho que esses eram os principais aspectos que eu queria levantar, e estou plenamente à disposição de todos para conversarmos, a partir de agora.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Dr. Daniel.

Eu passo a palavra ao nosso expositor, Ministro Ronaldo Costa Filho, Diretor do Departamento de Negociações Internacionais, representando o Ministério das Relações Exteriores.

O SR. RONALDO COSTA FILHO - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Ao saudar todos os presentes, eu queria dirigir uma palavra especial à Deputada Jaqueline Roriz, que teve a iniciativa de propor este debate tão importante.



A minha área de atuação no Ministério das Relações Exteriores é um pouco mais focada do que a do Secretário de Comércio Exterior, ao que dou graças a Deus todo dia. Mas eu queria, então, para não me sobrepôr à ampla e detalhada exposição do Secretário, focar meus comentários em alguns temas particulares.

A minha área de atuação é essencialmente negociação de acordos comerciais externos pelo Brasil dentro do contexto do MERCOSUL. Eu queria traçar um panorama da inserção internacional do Brasil a partir do MERCOSUL, que eu detecto, pelas perguntas apresentadas, ponto de particular interesse da Comissão, e queria fazer isso através de uma análise geopolítica dessa inserção do País.

Como primeiro ponto eu ratifico inteiramente o que disse o Secretário Daniel Godinho sobre a prioridade que o Brasil atribui à Organização Mundial do Comércio. Isso vai um pouco mais além da questão simples de que há temas que só podem se resolver na OMC. Um exemplo muito apropriadamente foi citado, os subsídios agrícolas. A OMC é fundamental para o País porque ele tem um padrão de comércio exterior muito diversificado, seja em termos de pauta, seja em termos de parceiros.

Para países que têm relação muito mais direta e próxima com um grande centro, a OMC pode ser menos relevante. Aí podemos pensar, por exemplo, que, para o México, com a relação muito intensa, muito estreita que tem com os Estados Unidos, o NAFTA é tão ou mais importante do que a OMC. Para o Brasil, não, ele tem um leque de interesses e relações global. Então, a OMC faz mais sentido porque é mais fácil para um país que exporta para o mundo inteiro ter regras iguais para o mundo inteiro. Essa é a razão, talvez fundamental, da prioridade que atribuímos à OMC.

Mas também temos que ser realistas: a OMC está num processo de negociação que se iniciou em 2001, e até hoje sem muitas perspectivas de conclusão exitosa. Nesse cenário, o Brasil não pode ficar parado, razão pela qual a necessidade de acordos bilaterais se reveste de importância.

Voltando um pouco ao aspecto geopolítico, acho que precisamos olhar a realidade do mundo hoje e ver o que se chama de deslocamento do polo dinâmico da economia global do Atlântico para o Pacífico. E Pacífico, coloquialmente falando, não é a nossa praia. Não é a nossa praia.



Há um deslocamento para um centro formado basicamente pela China, pelos países dinâmicos do Leste Asiático, que tem todo um mecanismo de cadeias de agregação de valor muito eficiente. Basta ver a competitividade que esses produtos alcançam para ver que é uma realidade este novo dinamismo da Ásia. Tanto que os Estados Unidos já acordaram para esse fato e estão engajados na negociação do chamado *Trans-Pacific Partnership*, acordo que visa reunir países da orla do Pacífico, tanto nas Américas quanto na Ásia.

Dentro desse contexto, podemos citar também a Aliança do Pacífico, que, quando surgiu, causou certa preocupação como bloco rival, contraponto ao MERCOSUL. Mas, francamente, o Governo não vê como ameaça, como sinal de divisão da América.

O Secretário Daniel Godinho foi muito feliz em citar as estatísticas, os números da relação intensa, dos acordos que já temos com os países da Aliança do Pacífico. A visão que nós temos é que a Aliança do Pacífico, mais do que contraponto ao MERCOSUL, é um esforço de inserção desses países pacíficos da América nesse esquema de integração da Bacia do Pacífico. Esse é o cenário no qual nos situamos hoje.

Nesse contexto, para nós parece que um acordo com a União Europeia é fundamental. Por quê? Porque tanto MERCOSUL quanto União Europeia são blocos que não participam diretamente desse dinamismo da região asiática. É fundamental também porque a União Europeia é ainda o nosso maior parceiro comercial. Apesar de a China ser individualmente nossa maior parceira comercial, como bloco, a União Europeia permanece em primeiro lugar. E a relação já é muito intensa. E num exame da teoria de negociações comerciais, é muito claro ver que você normalmente negocia um acordo comercial não com quem não tem comércio, mas sim com quem tem. O que se diz popularmente é que o acordo segue o fluxo de comércio. Ele não cria o fluxo de comércio. Por quê? Porque, se eu tenho uma relação comercial intensa, me interessa negociar com aquele parceiro para eliminar barreiras.

O que se reclama muito, o que se cita muito é que nós temos problemas dentro do MERCOSUL, barreiras, dificuldades. Temos! Esse é um fato da relação próxima. É como um casamento, que tem momentos de tensão. É natural. Com a



União Europeia, nós temos também. A relação é boa, positiva, o comércio é muito intenso, mas tem dificuldades também. Eu tenho barreiras sanitárias, barreiras técnicas, cotas para produtos agrícolas. Tudo isso são entraves a uma relação que poderia ser muito mais intensa. Então, o sentido do acordo é esse.

Não vemos exclusivamente como jogo de somar números e ver se o comércio vai ser no ano que vem mais positivo para o Brasil ou para o MERCOSUL do que para a União Europeia, é como o começo de um processo de intensificação de uma relação que vai propiciar não só aumento de comércio, mas também aumento de investimentos e de transferência de tecnologia e fortalecimento das economias dos dois lados do Atlântico para enfrentar essa nova realidade geopolítica.

Eu queria dizer que estou pronto para responder ou dialogar sobre qualquer elemento dessa negociação tão intensa e, como disse o Secretário, no momento tão crítico que se aproxima.

Eu queria falar um pouquinho ainda sobre MERCOSUL, porque percebo um ponto de dúvida e de interesse da Comissão. O MERCOSUL tem a decisão interna de que, em negociações comerciais externas, somente negocia como bloco. Essa decisão é válida e persiste, e não há nenhuma intenção, nenhum interesse em revê-la. O MERCOSUL negocia e continuará negociando como bloco.

O que tem que se levar em conta é que essa decisão não quer dizer que o MERCOSUL tenha que ter posição monolítica. Há mecanismos de flexibilidade que permitem acomodar sensibilidades diferentes, situações diferentes de cada país dentro do ciclo econômico; há realidade de negociação de um acordo. Enfim, um exame do histórico negociador do MERCOSUL demonstra que esses elementos de flexibilidade foram usados no passado, sem risco, sem ameaça à unidade do bloco, e não há por que abrir mão deles agora.

Cito exemplo muito claro: o Acordo MERCOSUL-Colômbia. Tem um acordo entre o MERCOSUL e a Colômbia, mas as listas de desgravação são país a país. Então, tem uma lista de desgravação Brasil-Colômbia, uma de Argentina-Colômbia, outra de Uruguai-Colômbia e por aí vai. Então, há mecanismos de flexibilidade que permitem acomodar dificuldades pontuais de cada um dos sócios. Dentro desse formato, o empenho do Governo é seguir respeitando a normativa do MERCOSUL de negociar como bloco.



Eu queria encerrar com este pano de fundo mais geral e dizer que estou à disposição para qualquer esclarecimento pontual.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Ministro Ronaldo.

Antes de passar a palavra à Deputada Jaqueline Roriz, eu quero dizer, Dr. Daniel, em relação aos acordos do MERCOSUL com Egito e Palestina, que o do Egito está na Comissão do MERCOSUL. Tentamos nos reunir ontem na Comissão Mista, mas não deu quórum. Quanto à Palestina, dois acordos já foram aprovados nesta Comissão, e estão no momento no Senado.

Esse é um ponto realmente que nós temos tentado. Eu tenho inclusive projeto de resolução já apresentado para buscar maior agilidade para esses acordos no Congresso Nacional. No Senado ele passa pela Comissão de Relações Exteriores e pelo Plenário; na Câmara ele passa nas Comissões de Relações Exteriores e de Constituição e Justiça e no Plenário. Meu projeto prevê que passe por aqui e pelo Plenário apenas. Evidentemente, tem resistências na Comissão de Constituição e Justiça. Lá tem 2 mil projetos para serem votados, mas tem gente que ainda quer continuar e acha que não pode abrir mão. Eu gostaria que fosse aqui e no Plenário. Acho que estaria de bom tamanho, para agilizarmos esse processo.

Deputada Jaqueline Roriz com a palavra.

A SRA. DEPUTADA JAQUELINE RORIZ - Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Eduardo Azeredo, agradeço por sua intervenção e por estar presidindo esta sessão. Como já disse anteriormente, V.Exa. é a pessoa mais apropriada para estar neste debate. Agradeço ao Dr. Daniel Godinho pela presença e pela grande explanação e ao Ministro Ronaldo Costa Filho por estar aqui a nossa disposição.

Eu acredito que este debate não é só desta Comissão, ele vem para toda esta Casa. No ano passado, eu tive a oportunidade de presidir seminário da Subcomissão do Leite da Comissão de Agricultura e lembro que um grande questionamento feito foi a respeito das nossas importações, com o exemplo do queijo mozzarella. Nós somos grandes produtores, porém estamos importando queijo mozzarella da Argentina por um preço muito aquém do que nossos produtores podem



colocar no mercado. Esse foi um questionamento para o qual no ano passado nós não conseguimos resposta.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. DEPUTADA JAQUELINE RORIZ - Não é verdade? Melhor. *(Riso.)*

Nós estamos importando, por exemplo, leite do Chile, que não tem produção nem para consumo interno. No entanto, exporta.

Tenho aqui também dois questionamentos que não são meus. Eu consultei nossa Assessoria se poderiam aqui questionar, mas é contra o Regimento Interno. Então, eu vou colocar aqui também questões de pessoas que estão participando deste debate: *“Quando o Brasil vai começar a retaliar os Estados Unidos pelo não pagamento no contencioso do algodão na OMC?” “Se a FARMBIO não for renovada e um novo texto não for aprovado, entra em vigor lei de 1949 muito mais protecionista, que prevê subsídios muito piores. O que o Brasil vai fazer?”*

Obrigada, Dr. Daniel Godinho. Queremos sim, e o senhor já propôs enviar à Comissão, cópia do seu discurso para disponibilizar para todos os Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Deputada Jaqueline Roriz, autora do requerimento.

Vou passar a palavra ao Deputado Leonardo Gadelha e, em seguida, aos Deputados Hugo Napoleão e Walter Feldman. Depois, continuamos com o Deputado Rubens Bueno.

Com a palavra o Deputado Leonardo Gadelha.

O SR. DEPUTADO LEONARDO GADELHA - Sr. Presidente, eu quero cumprimentar o Sr. Ministro Ronaldo Costa Filho e o Sr. Secretário Daniel Marteleto Godinho, que fizeram explanações tão qualificadas quanto amplas. É até difícil selecionar alguns tópicos.

Vou me ater inicialmente ao voltar de olhos do Brasil e do MERCOSUL para o Pacífico, que acho extremamente importante. Quatro países são colocados em destaque: Colômbia, México, Peru e Chile. Cada um, por uma razão, deve ser observado com muito carinho: Chile, pelo maior IDH do Cone Sul; Colômbia, por ter a segunda população do Cone Sul, e caminha rapidamente para ter a segunda economia; Peru, pela economia que mais cresce na nossa região; e México, pela



segunda economia e segunda população da América Latina. Mas é importante também pela possibilidade de nós adentrarmos o mercado asiático.

Esse centrismo asiático do século XXI, que não pode ser desconsiderado, precisa ser enfrentado por todas as nações, e vai ser a partir da lógica da criação dos blocos comerciais. Eu acho que há uma ordem multipolar. Se a gente defende o Brasil — há um defensor ardoroso da tese de uma ordem multipolar —, isso só vai ser construído com o fortalecimento dos blocos comerciais.

Aí eu quero entrar no MERCOSUL, em que vejo instituições muitos débeis. Eu acho que a lógica que vale para uma nação também vale para um bloco comercial. Nenhum bloco será forte se tiver instituições fracas, e o problema do MERCOSUL ainda é a existência de instituições fracas. Quando eu falo disso, faço mea-culpa do Congresso Nacional, que também é responsável por isso. Nós não votamos a matéria que nos obriga eleger diretamente nossos representantes para o Parlamento do MERCOSUL. Só o Paraguai fez isso até hoje, e nos dá exemplo de democracia pelo menos nesse tocante. O Brasil resiste em fazer a votação no Congresso Nacional sem razão muito clara, muito transparente.

Falando do fortalecimento do MERCOSUL, adentro outro tópico muito comentado pelos dois explanadores, o acordo de livre comércio entre Brasil e União Europeia e um tópico que não foi muito discutido, a construção do acordo entre União Europeia e Estados Unidos, que também caminha celeremente.

O Ministro Ronaldo Costa falou do México como porta de entrada para o NAFTA. Vou lembrar a malfadada ALCA — Área de Livre Comércio das Américas e jogar um pouco de tempero, porque era uma discussão muito importante para o Brasil, para o MERCOSUL e para as Américas como um todo, que foi contaminada por um debate ideológico. Mas em algum momento vai voltar à cena. Vamos ter que discutir a possibilidade de fazer acordo de livre comércio com os Estados Unidos até para que este triângulo seja completado: se o MERCOSUL está negociando com a Europa e se a Europa está negociando com os Estados Unidos, em algum momento vai ser importante que nós negociemos também com o NAFTA. Então, gostaria de ouvir considerações sobre isso. Não vamos usar esta nomenclatura, porque é malfadada, ALCA, mas outro acordo que una as Américas de alguma maneira.



Tem importância fortalecermos as instituições do MERCOSUL, porque, se defendemos essa ordem multipolar, precisamos ter uma estrutura forte no Cone Sul. Hoje Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, se não me engano, têm uma população de 270 milhões de habitantes. Se conformássemos o mercado de todo o Cone Sul, subiríamos para mais de 400 milhões, próxima, por exemplo, ao Mercado Europeu, que tem 550 milhões. Estamos falando de uma economia de escala bastante significativa.

Acho importante, ao mesmo tempo em que critico o debate sobre a ALCA, que teve um componente ideológico muito forte, que a gente agregue, por exemplo, a Venezuela ao MERCOSUL — o debate ideológico também é muito relevante — por conta dessa lógica comercial e da economia de mercado que é importante para o fortalecimento do Cone Sul.

Ficam essas considerações para a deliberação dos senhores. Eu gostaria também de parabenizá-lo pela qualidade e pela amplitude dos debates.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Deputado Leonardo Gadelha.

A Venezuela, só para colocar mais pimenta, está devendo. Não adianta ter o terceiro maior superávit se não pagar. Essa é a realidade.

Concedo a palavra ao Dr. Daniel para responder aos dois Parlamentares. Depois continuamos os debates.

O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO - Deputado, eu começo com uma observação. Na minha apresentação, falei sobre o ativismo do Governo em relação às negociações internacionais como um todo, e ficamos muito contentes com sua liderança e seu ativismo em relação ao papel do Congresso nessas negociações também. Tudo o que puder ser feito para agilizar todos os processos sempre contará com nosso apoio. É muito importante que o senhor esteja atento a essa questão.

Vou começar respondendo a sua pergunta sobre a Venezuela. A lógica dessa resposta passa pela mesma que eu apresentei em relação à Argentina. Existem problemas que são pontuais, não são generalizados, e atingem especificamente alguns setores. Nós conversamos com esses setores em bases diárias para saber exatamente quais são os problemas, e agora temos o foro privilegiado do MERCOSUL para resolvê-los.



Portanto, é um problema que nos preocupa. Nós já conseguimos resolver pontualmente várias questões, mas quero passar muita segurança a todos que não é algo generalizado. Se fosse, nós não teríamos um resultado tão importante, este ano inclusive, em termos de saldo comercial. Saldo comercial nós computamos efetivamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Não é o Banco Central que assegura o pagamento?

O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO - Eles têm um sistema de controle de câmbio e, por meio desse sistema, na maioria das vezes, há atraso muito grande de pagamentos. Há atrasos registrados de 6 meses, por exemplo. Enfim, há dificuldade realmente de se negociar com a Venezuela. O próprio Ministro José Pimentel, há 2 ou 3 semanas atrás, se não me engano, esteve lá e tratou desse assunto, que é recorrente nas nossas conversas e negociações com parceiros. Acreditamos que, com a adesão da Venezuela ao MERCOSUL, teremos ainda mais condições de solucionar esse problema.

Sobre a pergunta da Deputada Jaqueline Roriz, em primeiro lugar, com relação às importações de queijo, V.Exa. acaba de dar exemplo muito importante sobre as dificuldades de um processo de integração. O processo de integração tem dois lados: a exportação brasileira — e foquei muito, na minha apresentação, nos resultados em termos de exportações brasileiras —; e exportações dos nossos parceiros para o Brasil, a importação brasileira desses produtos. E houve realmente aumento muito grande dessas importações.

O que nós temos é que conversar com as duas partes, ver o que pode ser construído em termos de integração produtiva. Se contarmos com uma integração produtiva efetiva no bloco, enfim, parcerias em produção de produtos, setores, cadeia, lógica de cadeia no bloco, evitaremos esse tipo de problema para os dois lados. Nós também conversamos a respeito da situação, que existe. Mas é natural a tarifa de importação a zero no País para esses produtos e para todos esses países.

V.Exa. também mencionou a questão do Chile, que é um pouquinho diferente. Se não há produção, nós temos que averiguar o que está realmente ocorrendo. É uma questão que me parece um pouco diferente da apresentada anteriormente. Sei



que já foi debatido no passado, mas não saberia lhe dizer exatamente o *status* dessa questão. Prometo informá-la o quanto antes.

Houve também pergunta sobre retaliação aos Estados Unidos, o contencioso do algodão. Eu participei diretamente desse processo em 2009, quando nós conseguimos, depois de muitos anos de descumprimento da decisão da OMC em relação ao contencioso do algodão aberto pelo Brasil contra os Estados Unidos — depois de muitos anos de descumprimento dos americanos —, negociar esse memorando de um entendimento que dizia que, enquanto a solução definitiva para a questão, que passa necessariamente pela reforma da FARMIBIO, como a senhora citou, os americanos fariam pagamentos mensais ao Instituto Brasileiro do Algodão, criado para que nossos cotonicultores tivessem uma resposta direta que pudesse, de certa forma, compensar os prejuízos sofridos durante tantos anos. Esse dinheiro está sendo utilizado em vários projetos importantes para a cotonicultura nacional. De fato, houve a cessação de pagamentos. Agora o Governo brasileiro estuda o que fazer.

Nós reconvocamos um grupo de trabalho criado especificamente para propor medidas de retaliação nesse caso. Ele foi reconvocado formalmente pelo Conselho de Ministros da Câmara de Comércio Exterior e agora estuda propostas que serão apresentadas em breve ao Governo, e nós as debateremos. É óbvio que sempre uma solução negociada, positiva é a desejada. É isso que nós buscaremos, mas não podemos abrir mão de usar todos os instrumentos legais — e esses são os instrumentos legais — disponíveis para ver um resultado final definitivo e justo para essa questão do contencioso do algodão.

Em relação às perguntas do Deputado Leonardo Gadelha sobre o MERCOSUL, a questão das instituições fracas, eu diria que houve avanço institucional muito grande também no bloco ao longo desses 20 anos de sua fundação. É claro que desejamos avançar ainda mais. Eu concordo completamente com sua premissa: quanto mais avançados estivermos em termos institucionais, melhor, e mais firme o foro institucional ao qual me referia. Hoje nós temos o foro do MERCOSUL como um todo. Mas se tivermos um avanço institucional, mais fácil será a solução dessas questões. Há a busca por esse avanço, e um exemplo muitíssimo



bem citado por V.Exa. é a questão do Parlamento. Esse é um avanço importante, algo que poderá ajudar na consolidação do bloco.

O senhor também citou o acordo entre Estados Unidos e União Europeia. Eu diria que é muito importante, sem precedentes, e com característica importante. Ele é um acordo de livre comércio, mas não se foca em tarifas. Hoje a média tarifária, tanto da União Europeia quanto dos Estados Unidos, é baixa: na casa de 5% na União Europeia e de 3% nos Estados Unidos. A nossa média tarifária é de 11,6%. Aproveito para dizer que a nossa alíquota máxima aplicada é de 35%, enquanto esses países têm para uma série de produtos importantes para suas economias tarifas de 500%, 400%, 300%, 200% etc.

Então, quando se fala também de protecionismo, é bom ver sempre toda a situação em seu contexto geral. Pelo fato de termos na realidade tarifas médias baixas nesses países, ela se foca na verdade em regras, em regulamentos, em exigências regulatórias, e o molde dessas exigências seguramente influenciará as demais regras construídas e aplicadas em relação aos demais países.

Dada a importância desses *players*, todos nós podemos imaginar que as regras aí construídas serão também aplicadas nas relações desses países com os demais e que, além disso, se tornarão modelo para futuras negociações desses países com os demais. Mais uma vez fica evidente a importância da OMC como foro equilibrado para a construção de regras de comércio, porque, se você não constrói as regras na OMC, corre o risco de, via acordo do qual nem participou, acabar tendo que receber regras desenhadas pelo interesse de determinados países, mas não necessariamente pelos seus.

Portanto, é mais uma importância, completando o que o Ministro Ronaldo disse em relação à OMC. Mas é acordo a que nós estamos muito atentos. Estamos prestando muita atenção e vamos ver como ele se relacionará com os avanços que nós também estamos obtendo em relação à União Europeia e todos esses avanços nos campos multilateral, regional e bilateral.

Por fim, a respeito de uma iniciativa mais ampla no âmbito de todo o continente americano, eu diria que não há hoje uma frente de negociação aberta com os Estados Unidos; há sim um diálogo exploratório do MERCOSUL com o Canadá, há todas essas negociações, às quais eu fiz referência há pouco. Há uma



intenção, também anunciada nessa mesma reunião em que foi apresentada a proposta brasileira de antecipação de desgravação no âmbito da América do Sul, de aproximação maior em relação aos países do Caribe. Essa é uma iniciativa trazida pela Venezuela. Mais uma vez, essa é a importância estratégica — eu me referi muito à importância econômica de ter a Venezuela conosco — de trazer um país que tenha relação mais consolidada com países que também podem ser importantes mercados para o Brasil.

Enfim, nós não temos uma grande iniciativa para as Américas, não temos uma frente aberta com os Estados Unidos; temos várias outras frentes com outros países em diferentes estágios de avanços. É isso.

Espero ter respondido todas as questões que foram apresentadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Dr. Godinho.

Nosso sempre embaixador Hugo Napoleão. *(Pausa.)*

Ministro, tem algo a completar?

O SR. RONALDO COSTA FILHO - Só uma rápida complementação ao Deputado Leonardo Gadelha sobre a Área de Livre Comércio das Américas. Eu acho que tem muita mistificação de que a resistência do Brasil à ALCA era ideológica. Talvez um fator muito mais importante do que qualquer consideração ideológica era um percebido desequilíbrio muito forte na negociação. Ou seja, para um participante na ALCA seus interesses ofensivos eram obrigatórios e seus interesses defensivos não podiam fazer parte da mesa. Dou exemplo aqui muito claro, trazendo à Mesa fato citado anteriormente pelo Secretário Godinho, os acordos de investimentos. O Congresso brasileiro, como ele lembrou, recusou esses acordos por uma série de inconsistências com o ordenamento jurídico nacional, um dos quais era a possibilidade de um investidor acionar o Estado diretamente no exterior. É o que se chama Cláusula Investidor-Estado. Essa era uma exigência de um dos nossos sócios, um dos parceiros dentro da ALCA, e algo que o Brasil não podia aceitar.

E eu coloco isso lado a lado com a postura que a União Europeia adota na negociação com o MERCOSUL. O Brasil, ao expor essa dificuldade levantada pelo Congresso Nacional de que eu não posso ter, por razões de ordenamento jurídico interno, uma Cláusula, de solução de controvérsias, Investidor-Estado, eles



compreenderam que esse tema está fora da mesa. Então, há abertura da União Europeia em contemplar e entender as dificuldades e os meus interesses, enquanto essa mesma abertura nós não sentimos na negociação da ALCA.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Ministro.

Com a palavra nosso sempre embaixador, Deputado Hugo Napoleão.

O SR. DEPUTADO HUGO NAPOLEÃO - Muito obrigado, Sr. Presidente Eduardo Azeredo. Saudações ao Dr. Daniel Godinho e ao Ministro Ronaldo Costa Filho.

Sras. e Srs. Deputados, eu agradeço o título, que talvez advenha da circunstância de eu ser filho, neto e bisneto de diplomata. A carga é muito grande.

Apenas à guisa de curiosidade, Sr. Ministro e Dr. Godinho, eu sou membro da Direção Executiva da União Interparlamentar, aliás, o único membro do Brasil. Nessa condição, fui designado para acompanhar as ações da Organização Mundial do Comércio. Houve reunião em Bruxelas, onde o Senador do Uruguai, Luis Alberto Heber, ficou de apresentar, e o fez indiretamente na reunião de Genebra, em torno de 1 mês atrás, manifestação a respeito da posição do MERCOSUL à União Europeia. Até o representante da Bélgica não entendeu bem o sentido da moção.

Eu digo que ele o fez indiretamente porque houve uma briga intestina entre ele e o Presidente do Senado do Uruguai. Ele acabou não levando a moção e a encaminhou. E o Secretário-Geral da Federação Russa, Sergei Ordzhonikidze, me pediu que fizesse o relato na reunião interministerial de Bali em dezembro próximo. Eu tive a cautela, é evidente, de consultar o Itamaraty quanto aos termos da formulação do Senador Heber, que me disse que a posição era igual à do Brasil, com a exceção de que as cláusulas de barreira deveriam ser substituídas por outras medidas protecionistas. Ele sugere que seja dourada a pílula, digamos assim, neste item, o que vou fazer, adotando, então, a teoria.

Eu tenho aqui, se V.Exas. tiverem interesse posso mandar copiar, a tese uruguaia. E eu farei, com a sugestão do Itamaraty, para modificar apenas as exigências de substituição dessas barreiras por outras medidas protecionistas etc. Eu queria apenas informar. Não sei se talvez sendo algo do âmbito Legislativo não



tivesse sido conhecimento direto de V.Exas. Era só uma informação que eu queria passar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Deputado Hugo Napoleão.

Concedo a palavra ao Deputado Walter Feldman.

O SR. DEPUTADO WALTER FELDMAN - O Deputado Hugo Napoleão, é um diplomata no Congresso Nacional. Todos nós reconhecemos sua elegância não apenas genética, mas de comportamento pessoal.

Presidente Eduardo Azeredo, eu queria muito cumprimentar a Deputada Jaqueline Roriz pela iniciativa, que foi muito positiva.

A intervenção dos senhores contribuiu muito para nossa compreensão, mas eu diria que falta pimenta mesmo. Nós precisamos importar da Índia as especiarias — pimenta —, porque não parece tão simples porque, pelas exposições dos senhores, tudo vai mais ou menos bem, porque se coloca reiteradamente por analistas, formadores de opinião, analistas internacionais, críticos, que existem contradições dramáticas a que o Brasil não responde.

Por exemplo, o Dr. Daniel fala sobre avanços institucionais. A minha avaliação é que há um retrocesso institucional extraordinário nos países do MERCOSUL. Nós temos que ter a Venezuela para nos relacionarmos com o Caribe mostra uma fragilidade do Brasil que me parece contraditório ao que ocorreu nos últimos anos de o País se posicionando no cenário internacional como um dos maiores *players* que surgiu, dentro até do contexto do próprio BRICS.

Eu vivi um tempo fora. Era impressionante como o Brasil era a bola da vez. Imaginar que este País que há 2 anos era a bola da vez precise da Venezuela para se relacionar com o Caribe... Na verdade, eu tenho a sensação, como muitos analistas, que também sinto no Congresso...

O Deputado Eduardo Azeredo fala da dificuldade de reunir os membros do MERCOSUL. Na verdade, isso demonstra desinteresse, fragilidade e a visão de que talvez o MERCOSUL seja a bola daqueles presidiários a nos impedir construir uma relação internacional no mercado exterior muito mais consistente — pois é impedido exatamente pelo MERCOSUL. Ou seja, imaginar que Venezuela, Paraguai,



Argentina, num retrocesso político extraordinário que possivelmente vai comprometer dramaticamente a sua economia, e Uruguai são os grandes parceiros com os quais temos que nos relacionar para fazer nossas relações internacionais em bloco, parece-me, para o tamanho e para as perspectivas do Brasil, absolutamente dramático.

Era a pimenta que eu queria colocar. Ou seja, não está tudo bem, não se resolve assim, nós vamos indo, é o terceiro parceiro comercial. O Brasil poderia, numa relação melhor com o Pacífico, com Estados Unidos, Canadá, México, talvez ter resultados percentuais muito mais favoráveis. Como seria o cenário se não tivéssemos o MERCOSUL? É esse cenário que eu gostaria de entender, porque me parece inexorável. O MERCOSUL é uma questão definitiva, determinada, impossível de tocar. Portanto é muito difícil construir um novo cenário. Essa é uma questão.

Outra questão é a China, que hoje tem uma grande responsabilidade pela desindustrialização brasileira. Todo mês nós vemos os percentuais em queda. Ou seja, o Brasil dramaticamente só se mantém pelo agronegócio. A China tem uma responsabilidade nisso, seja por incompetência nossa, seja por agressividade dela.

Eu não digo isso porque estou voltando agora de audiência com o Dalai Lama e, portanto, estou bastante contaminado com essa posição servil que o planeta tem em relação à China. Absolutamente servil! E do ponto de vista comercial é mais dramático ainda, porque esta é a essência de servilidade: a China é tão poderosa do ponto de vista econômico, do controle dos seus parceiros econômicos e até político... Matéria da *Folha de S.Paulo* mostra as dificuldades que tivemos de ir à China por conta de contato com o Dalai Lama, figura frágil, única, isolada, mas que preocupa muito a China, porque questiona muito a essência da sua política.

Então, eu queria um pouco essa pimenta da especiaria indiana, dos problemas reais, porque as exposições dos senhores, como homens de Governo, é compreensível. Ou seja, tudo está indo bem, caminhando, 200% de avanço econômico, 300%. Está ótimo, está lindo. Portanto, não temos que mexer em nada, não temos que fazer conversões de modelo, o que me parece preocupante.

Hoje o que caracteriza o avanço, na minha avaliação, é a ousadia: ousadia de fazer flexões, porque eu sei que não são fáceis, particularmente na área das relações exteriores. Eu tenho aprendido muito aqui que é muito ponderado, muito



sensato. É preciso tomar muito cuidado. Eu até entendo isso tudo, mas eu acho que o tamanho deste País, a grandiosidade, a força, a competência que nós temos nos permitiria fazer avanços bilaterais muito mais consistes do que aqueles que o MERCOSUL nos impede fazer. O Brasil é muito mais forte do que isso. Eu diria que nós estamos, para um partido como o PT, historicamente revolucionário, muito moderado, muito passo a passo, e o mundo caminha em saltos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Deputado Walter Feldman.

Da parte mineira nós vamos colaborar para apimentar: no ano que vem, a eleição em Minas Gerais vai ser Pimenta da Veiga *versus* Pimentel. (*Risos.*) Vai ser bem apimentada a eleição, sem dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Presidente, tem mais alguém inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Não. O Deputado Rubens Bueno estava inscrito, mas teve que se ausentar.

Concedo a palavra ao Deputado Nelson Markezelli.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Eu cheguei no final da palestra do Ministro Ronaldo Costa Filho, mas me parece, Deputado Walter Feldman, que o Brasil, num determinado momento, para poder ter posição no mundo, precisava da América do Sul ao seu lado: *“Vamos pegar Uruguai, Argentina, para poder ter peso nas manobras internacionais”*. Não é o que ocorre agora.

Nesses últimos 10, 15 anos o Brasil deu um salto muito grande, com muita política acertada, não tenho dúvida nenhuma: o Governo Fernando Henrique fez uma parte, o Governo Lula fez outra e o Governo Dilma Rousseff está fazendo a sua. Nós andamos para frente. Mas, lamentavelmente, a América do Sul andou para trás, com exceção do Chile.

Então, parece-me que há 15, 20 anos nós precisaríamos deste continente conosco para ter posição maior ao lado dos Estados Unidos e do Mercado Comum Europeu e até da Ásia hoje. Esse pessoal agora está nos atrapalhando, essa turma que fica ao nosso redor aqui na América do Sul. Nós estamos fazendo muitas concessões. Foram feitas concessões à Bolívia, ao Paraguai, ao Uruguai. À



Argentina também foram muitas. À Venezuela, nem se diga, ainda estamos fazendo. Isso está nos atrapalhando no cenário internacional.

Na minha visão de Parlamentar de seis mandatos, eu acho que é preciso rever essas posições. Nós precisamos ter coragem de rever essas posições, porque a nossa “saia” está ficando pesada, não estamos conseguindo dar o salto necessário de qualidade no mercado internacional. Engana-se quem acha que o crescimento da China é só dela. Não é só dela, não. Em Beijing, por exemplo, há mais de 40 empresas americanas de alta capacidade produtiva que trouxeram a mão de obra chinesa, que é barata, e hoje, via China, estão inundando o mundo todo com os seus produtos. Quase 4 trilhões de dólares chineses estão onde? Estão nos Estados Unidos. São de onde? De empresas americanas que estão atuando e produzindo na China.

O capital norte-americano e o capital europeu chegaram à China antes de todo mundo. Não se iludam. Quem é o dono da Toyota? Mais da metade das ações estão com o capital americano. Quem é o dono da Hyundai? Quase todas as ações são de norte-americanos. Em Beijing, as maiores exportações são de capital europeu ou americano — não se iludam, não são de capital chinês. O chinês aproveitou o *boom* e vendeu a sua mão de obra para o mundo, com salários de 50 a 60 dólares, e o capital especulativo do mundo foi lá produzir para exportar para o Brasil e para o resto do mundo produtos *made in* China. Mas o dono é outro. Eu acho que o Brasil precisa acordar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Deputado Nelson Marquezelli.

Tem a palavra o Deputado Luiz Carlos Hauly, ex-Presidente desta Comissão.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Sr. Presidente, Sr. Ministro Ronaldo Costa Filho, Dr. Daniel Marteleto Godinho, Sras. e Srs. Parlamentares, é uma satisfação grande poder estar novamente nesta nossa Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional tratando de temas da maior importância para o País.

Eu trago um pouco da minha preocupação pelo que tenho acompanhado sobre a questão do MERCOSUL. Ainda nesta semana, o PSDB me designou como membro da Comissão do PARLASUL — Parlamento do MERCOSUL. Eu estive lá



ontem à tarde e fiquei bastante impressionado negativamente, porque há muito tempo o PARLASUL não se reúne — há 2 anos. O próprio Presidente, meu colega de partido...

(Não identificado) - Cancelaram uma reunião.

O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - Exatamente.

O Deputado Eduardo Azeredo havia feito uma proposta radical de sairmos completamente do PARLASUL, de extinguirmos o PARLASUL, mas foi convencido, naquele momento, pelo Presidente da Comissão, Deputado Newton Lima, e pelo Deputado Roberto Requião a dar mais um tempo, a tentar alguma outra forma de resolver o problema.

Parece que, do ponto de vista dos interesses e do diálogo, o MERCOSUL Parlamentar, como um bloco, não passa de questão comercial, não se trata de um embrião de Parlamento. Acho que, para nós, o MERCOSUL foi um grande aprendizado, sem dúvida alguma, mas, economicamente, para o País, em determinado momento, comprar petróleo argentino e mandar produtos manufaturados para a Argentina — não sei se esse processo ainda é vigente — é um processo que já cumpriu o seu tempo.

Durante a semana, apreensivo, eu li no *Valor Econômico* o Canadá dizer que acordo com o MERCOSUL é muito difícil. Eles querem um acordo bilateral.

Recebemos uma delegação norte-americana na semana e a notícia do congressista Nunes, da Califórnia, de que o Brasil precisa mudar — eles de lá para cá e nós daqui para lá — a relação comercial com os Estados Unidos, elevar ao grau de investimento que tem os Estados Unidos com a China. Eles têm uma relação muito, muito maior.

O Governo brasileiro ora tem uma tendência, ora outra, mas, em se tratando de comércio, a China, que tem 5 mil anos, não tem nenhum pudor, e os americanos também não têm, eles que são a mais rica, a mais próspera nação do mundo. Nós ficamos parados querendo comercializar, vender nossa matéria-prima, principalmente os minerais, que são esgotáveis, bancando, de certa forma, o desenvolvimento de países como a própria China, que depende muito do nosso aço.

Os Estados Unidos lideraram por décadas a parceria com o Brasil. Pesquisa que li nesta semana mostra que 60% dos serviços brasileiros no mundo são



comprados pelos Estados Unidos. Então, uma série de produtos que têm grande valor agregado é comprada pelos Estados Unidos e vice-versa.

Então, sem dúvida, se a China criou toda aquela estrutura para vender para o mundo, especialmente para os americanos, como nós, que estamos bem mais próximos, não conseguimos vender para eles? Claro, há o custo Brasil, a legislação trabalhista, previdenciária, estradas, portos, aeroportos totalmente danosos, prejudiciais à nossa economia, impedindo-a de ter um preço mais competitivo para enfrentar a concorrência chinesa com os Estados Unidos!

Parece que a opção é ser grande produtor agrícola. E eu vi também nesta semana que na balança comercial brasileira, mais uma vez, talvez pelo 10º ou 15º ano consecutivo, os agrominerais lideram com 70 bilhões de superávit, o que me leva a afirmar que de todo o depósito que nós temos em Nova Iorque, 362 bilhões de dólares, 100% são dos agrominerais, nenhum centavo é da indústria, nenhum centavo é dos serviços ou de outros setores.

No Brasil, a vocação agrícola e a extração mineral estão o.k. E o nosso desenvolvimento industrial? E o nosso abastecimento? Vão optar por continuar comprando quinquilharias da China, da Coreia e, agora, de Cingapura e de todos aqueles outros países do sudeste asiático?

Vendo as agruras da Venezuela, o Governo agora quer interferir no lucro das empresas. Eu sei que o Brasil tem fornecido bastante para a Venezuela, tem sido um parceiro. Aí é o contrário, nós é que fornecemos manufaturados e compramos petróleo. Isso poderia se intensificar? Ou não? E há garantia de recebermos por esse fornecimento à Venezuela, cuja economia vive um momento dramático?

Então, primeiro a questão com os Estados Unidos: há possibilidade de um acordo se sairmos do MERCOSUL? Qual é a possibilidade? E com o Canadá? Os dois são nossos parceiros da América.

Eu trabalho há 12 anos no PARLAMÉRICA, fui Presidente durante 4 anos do Parlamento Americano, com sede em Ottawa. Ainda é um embrião do Parlamento das Américas, mas, se Deus quiser, vai ser um fórum cada vez mais forte, cada vez mais sólido no futuro das Américas.



E voltamos ao tema da América Latina, da América Central, da América do Norte e do Caribe, a nossa região: em que medida pode influenciar no fortalecimento da nossa economia?

Eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente, para, na hora derradeira, ouvir mais algumas palavras sobre essas relações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Deputado Haully.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Quero frisar que o Deputado Luiz Carlos Haully acaba de assumir novamente a vaga aqui, era Secretário de Fazenda no Paraná, onde estava com a caneta na mão, sofrendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Sentindo a dificuldade de ser Executivo.

Antes de passar a palavra aos convidados, quero fazer duas questões ao Ministro Ronaldo Costa Filho, questões mais de estratégia, como a das exceções no MERCOSUL. Ou seja, os uruguaios também se ressentem muito dessa negociação conjunta. Em determinados momentos, eles já falaram da possibilidade de que houvesse negociações individuais dos países, ou seja, uma exceção dentro da regra de negociação conjunta. Isso é possível?

A outra, Ministro, é que realmente não dá para dizer que não é uma coisa mais ideológica. Critica-se muito o imperialismo econômico norte-americano, mas o imperialismo econômico chinês, não. Qual é a diferença? Por quê? Ainda é uma questão de formação da área dirigente de hoje, porque todos nós crescemos tendo os Estados Unidos como o grande país, aquele que dominava o mundo. Hoje temos, até mesmo com o Brasil, a China com uma presença maior, com essa grande e importante diferença a que se referiu o Walter Feldman: para a China nós só vendemos *commodities*, minério, soja... É só isso que nós vendemos para a China. Nós não vendemos produtos industrializados. Para os Estados Unidos, não; para os Estados Unidos nós vendemos muitos produtos industrializados, há uma diferença enorme.

E aí, para o Dr. Daniel, tratando da Venezuela, pergunto: as tarifas comuns, tão discutidas para aquele país entrar no MERCOSUL, foram já todas implementadas?



Outro ponto é em relação aos países africanos, que o senhor mencionou. Eu estive, na semana passada, em Angola. São oito países que falam a mesma língua, e aí, sim, existe um potencial enorme para o comércio brasileiro. Mas eu não vejo, também aí, uma questão — como eu diria — conjunta, um acordo de comércio da CPLP. O Brasil pode negociar com Angola sem o MERCOSUL? É outra pergunta.

E quero cumprimentá-lo pela janela única, porque essa ideia de desburocratizar a exportação é fundamental. O nosso custo é enorme, e não é só porto, não, tudo que passa pela Receita tem que passar pela ANVISA, tem que passar por não sei mais o quê. São vários órgãos e cada um deles bate um carimbo. E aí é toda aquela burocracia, falta funcionário, falta não sei o quê. O caminho é realmente fazer um processo centralizado, mas centralizado no aspecto de órgãos, não do ponto de vista geográfico.

Seriam estas as três colocações: tarifas comuns com a Venezuela, possibilidade de acordo com os países de língua portuguesa e a janela única. E, para o Ministro Ronaldo, a questão das exceções com o MERCOSUL, como podemos tratar melhor essa questão do desbalanceamento do comércio Brasil/China e Brasil/Estados Unidos.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - Sr. Presidente, apenas para reforçar. Nós estamos no Ministério da Agricultura, Daniel, há mais de 1 ano tentando nas importações não ter dois carimbos, como acabou de dizer o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Isso.

O SR. DEPUTADO NELSON MARQUEZELLI - O bacalhau que vem, por exemplo, da Noruega, a Agricultura libera no dia e a ANVISA demora 20 dias para bater o carimbo dela. O bacalhau fica na câmara fria, pagando estocagem, pagando tudo. Essa duplicidade não é necessária, e não é função da ANVISA, ela não precisa fazer isso. A ANVISA tem que fazer isso nos supermercados, fiscalizar se o produto foi bem transportado, bem acondicionado para ser consumido. Quando o Ministério da Agricultura ou alguém fizer a primeira vistoria, a segunda tem que ser do Ministério da Fazenda. São três! Faz a Fazenda, faz a Agricultura e ainda há a ANVISA, que demora 20, 24 dias para liberar um produto, uma barrica de azeitonas



que vem da Europa. Isso é um absurdo! E é tanto para sair quanto para entrar essa morosidade: são três, quatro carimbos. É um absurdo!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado.

O Ministro Ronaldo Costa Filho está com a palavra para responder às últimas intervenções.

O SR. RONALDO COSTA FILHO - Muito obrigado.

Eu quero, primeiro, agradecer pela riqueza e pela profundidade das perguntas, que propiciam um debate e uma reflexão realmente muito interessantes.

Vou me dirigir inicialmente ao Deputado Hugo Napoleão para agradecer pela informação e dizer que eu estou permanentemente às ordens para qualquer esclarecimento, para qualquer informação que possa ser útil ao encaminhamento dos temas na União Interparlamentar. Eu acho essencial que Legislativo e Executivo falem com a mesma voz. Então, estou sempre às ordens.

O SR. DEPUTADO HUGO NAPOLEÃO - Muito obrigado.

O SR. RONALDO COSTA FILHO - Em todas as outras intervenções, eu detecto duas grandes ordens de preocupação: a situação do Brasil dentro do MERCOSUL e como isso afeta a nossa capacidade de inserção externa e a nossa situação com a China.

Sobre o MERCOSUL — e aqui eu me dirijo ao Deputado Feldman — e a afirmação de que o Brasil precisar da Venezuela para ascender ao Caribe, acho que não é o que o Brasil diz; o que se diz é que, com o ingresso da Venezuela no MERCOSUL, o MERCOSUL passa a ter uma face caribenha. O Brasil não precisa do MERCOSUL para se relacionar com o Caribe, continua a se relacionar. Talvez seja um dos poucos países do mundo que tem embaixada em todos os países do Caribe, mantendo uma relação muito intensa e profícua com aqueles países. Então, não precisa. Mas também não podemos abrir mão da geografia. Nós somos um país da América do Sul. Não há como cortar os laços e lançar o Brasil à deriva no Atlântico, independentemente do resto da América do Sul. São nossos vizinhos. O que acontece em todo o nosso entorno afeta o Brasil. Então, o Brasil não pode ficar alheio ao resto do Continente. E como maior economia tem uma responsabilidade especial. O momento é muito positivo? Evidentemente, não é. Há problemas. Mas é



o que eu dizia: é um casamento, e num casamento há dias de sol e dias de chuva. Mas, independentemente do clima, temos que persistir, porque é a nossa vocação.

A relação com o MERCOSUL dava maior peso específico ao Brasil na cena internacional. Hoje talvez isso não seja tão vital. Mas são nossos vizinhos, são nossos parceiros, não há como ignorar a presença e até a contribuição deles para as nossas posições na cena internacional.

O Deputado Eduardo Azeredo pergunta sobre propostas do Uruguai de talvez abrir uma exceção à norma da negociação conjunta. Nós vemos isso como algo problemático. Quer dizer, o MERCOSUL é hoje uma união aduaneira, e uma das características da união aduaneira é que há uma tarifa externa comum. Se cada um sair negociando como bem quiser, na prática, acabou a união aduaneira.

Então, a manutenção desse processo de integração exige que prossigamos juntos. Agora, é como eu disse: a normativa do MERCOSUL não pode ser vista como uma camisa de força. Não é algo que se um não quer vai impedir, que se há acessibilidade ou problemas de um não conseguimos encontrar um caminho para avançar na negociação. A negociação agora em curso com a União Europeia é um exemplo claro. Há posturas muito diferentes dos países sobre a relação com a União Europeia, alguns muito mais entusiasmados, muito mais abertos, muito mais prontos a fazer concessões e outros com maiores sensibilidades.

Estamos conversando. Acho que o Secretário Godinho mencionou que na sexta-feira estaremos em Caracas celebrando o feriado na mesa de negociação, buscando conformar, no que for possível e da maneira que for possível, uma oferta única do MERCOSUL a ser apresentada à União Europeia. Uma oferta única não quer dizer coincidência absoluta em tudo, quer dizer uma oferta que contemple as diferenças e sensibilidades de cada um.

A questão da China é complexa e me chamou muito a atenção a intervenção do Deputado Nelson Marquezelli, que traz uma visão muito comum de achar que a China só se beneficia de mão de obra barata. Não é isso e é cada vez menos isso, porque o preço da mão de obra na China está subindo e está se reduzindo essa vantagem comparativa da economia chinesa. A China sabe disso e está justamente tentando mover sua economia a produtos de maior valor agregado.



O Deputado mencionou a questão da propriedade das empresas americanas, europeias que se instalaram na China justamente para aproveitar essa vantagem competitiva e eu me lembrei de que, antes de voltar ao Brasil, eu estava servindo na nossa missão em Bruxelas e, em certa ocasião, eu conversei com o Presidente da Comissão de Comércio Internacional do Parlamento Europeu e a avaliação que ele me transmitiu foi a de que o maior erro que a Europa já cometeu foi transferir a produção para a China na ilusão de que nós iríamos manter a tecnologia, o *know-how*, o *designe* dos produtos. A China absorveu tudo. Hoje ela compete na tecnologia, no *designe*, em tudo com a Europa.

Então, qual é a solução para o Brasil? O Brasil tem de se adaptar à realidade de que a China existe, a China demanda produtos agrícolas, produtos minerais e me parece que é uma visão um pouco simplista achar que isso é uma produção talvez até de segunda categoria. Não é. A produção agrícola e mineral do Brasil hoje incorpora uma dose muito grande de tecnologia, de *know-how* desenvolvido no Brasil. Basta ver o que a EMBRAPA fez com a agricultura brasileira. Isso tudo rende não só para o campo, mas para a indústria brasileira, para o setor de serviços também.

Então, a visão de que é indústria *versus* agricultura é um pouco simplória e talvez não explique inteiramente a questão.

Quanto à questão de devermos negociar com os Estados Unidos, acho que o Brasil sempre se mostrou aberto a negociar com os Estados Unidos. Houve um esforço, depois que as negociações da ALCA entraram em colapso, em fazer essa negociação. O Brasil propôs o que foi conhecido como acordo quatro mais um. Quatro do MERCOSUL e mais um, os Estados Unidos. Mas os problemas que nós identificamos ali foram os mesmos que havia na ALCA, ou seja, o que é demanda norte-americana está na mesa e tem de ser negociada e o que é demanda do MERCOSUL, nem tanto. E aí você coloca uma infinidade de temas: questão de proteção ao investimento, que eu citei, subsídio agrícola, defesa comercial, tudo que interessava ao Brasil não podia entrar na negociação.

Então, não é uma questão ideológica, é uma questão prática de que a negociação, do nosso ponto de vista, tem de ser equilibrada, tem que haver disposição dos dois lados de ouvir e tentar negociar o interesse de ambas as partes.



Se a negociação começa com o pressuposto de que o que um quer está na mesa e o que o outro quer não está, é difícil negociar. Mas eu digo: a abertura e a disposição de negociar, seja com os Estados Unidos, seja com o Canadá, permanecem vivas dentro do Governo brasileiro.

Não me recordo quem, mas alguém citou a matéria do *Valor Econômico* sobre a dificuldade do Canadá. É uma realidade, Deputado. Há percepções de que a negociação se tornou mais complexa na atual conformação ou na atual conjuntura do MERCOSUL. É uma realidade. Nós temos que persistir e tentar seguir em frente, sem desmerecer o MERCOSUL.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Ministro Ronaldo Costa Filho.

Passo agora a palavra ao Dr. Daniel Marteleto Godinho, Secretário de Comércio Exterior do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO - Obrigado, Deputado.

Primeiro, faço uma referência à fala do Deputado Hugo Napoleão. Queria agradecer muitíssimo a informação, muito relevante. Gostaríamos, sim, como V.Exa. propôs, de ter acesso a essa informação com mais detalhes. Agradecemos muitíssimo.

O Deputado Walter Feldman, muito embora tenha tido que sair, tocou em pontos fundamentais e eu queria, de qualquer forma, comentá-los.

Quando eu me referi a avanços institucionais, eu me referi a avanços institucionais no MERCOSUL. O bloco começou, basicamente, com um pilar institucional concentrado em três órgãos: a Comissão de Comércio do MERCOSUL, o Grupo Mercado Comum e o Conselho do Mercado Comum. Essa estrutura, simplificada no começo, foi se transformando. Hoje há órgãos para debate, no âmbito do bloco, sobre os mais distintos assuntos, tanto do ponto de vista econômico quanto social. Portanto, eu queria fazer essa distinção.

Sobre a visão do MERCOSUL como uma possível amarra a negociações mais amplas por parte do Brasil, eu diria duas coisas. Em primeiro lugar, eu apresentei aqui uma extensa rede de acordos que nós já temos, e o MERCOSUL nunca foi um impeditivo para que chegássemos lá. Muito pelo contrário, as



negociações foram conduzidas e concluídas em formato MERCOSUL. Isso é algo importante.

Do ponto de vista interno do bloco, queria lembrar também a existência da Tarifa Externa Comum, já ressaltada pelo Ministro Ronaldo Costa, o que significa a imposição de uma tarifa de todos os países do nosso bloco contra países quaisquer do mundo — todos os demais países — e a livre circulação de bens internamente no bloco. Isso traz uma vantagem competitiva diferenciada para as nossas exportações. Daí o resultado expressivo das nossas exportações em geral e, sobretudo, das exportações de produtos manufaturados e semimanufaturados. Portanto, qualquer decisão que avalie a possibilidade de deixar o MERCOSUL tem que levar esse fator em consideração.

Nós, do Governo, acreditamos que é possível, sim, avançar mantendo a estrutura do MERCOSUL, mantendo a TEC, mantendo a importância tanto econômica quanto política do MERCOSUL para o País. É possível, sim, avançar. O MERCOSUL não é uma amarra. Há dificuldades — mais uma vez — que aparecem, elas são comuns, mas nós vamos avançar. Eu tenho certeza disso.

Também houve menção à questão da Venezuela, à questão de o Brasil necessitar da Venezuela. O Ministro Ronaldo explicou muito bem. Não é bem isso. É simples: a Venezuela facilita a aproximação, uma vez que tem laços históricos e comerciais muito mais profundos com aqueles países do que o Brasil. Isso é importante lembrar. Em toda negociação internacional comercial bilateral, sempre temos a referência da dança, do tango: são necessários dois parceiros para se dançar. E, no caso dos países caribenhos, do ponto de vista comercial, o Brasil já tenta há muitos anos uma aproximação mais decisiva e, infelizmente, não há tanta receptividade desses países. Esperamos que a Venezuela aja como um país facilitador dessa relação para podermos avançar nessa direção.

Sobre a questão da China e do agronegócio, concordo inteiramente com o que o Ministro Ronaldo disse. A China é o grande motor do comércio internacional dos últimos anos — isso é um fato —, e que bom que o Brasil é competitivo nos produtos que a China demanda! Que bom!

Portanto, nós estamos intensificando cada vez mais nossas relações com a China. Há muita tecnologia embutida na exportação desses produtos. É necessário



sempre se lembrar disso. São produtos agrícolas, produtos agroindustriais. É importante essa lembrança. É importante estabelecer essa diferença. Nós pretendemos intensificar nossas relações com a China.

É natural que, com o aumento da demanda e com o aumento consequente do preço das *commodities* no mundo, a nossa relação se concentre nesses produtos, uma vez que somos extremamente competitivos neles. Isso aconteceu com todos os países do mundo que são competitivos em produtos agrícolas.

Portanto, é algo que nós vemos como muito positivo. É claro que procuramos e sempre procuraremos desenvolver cada vez mais a exportação de produtos de maior valor agregado, mas não é por isso que vamos desqualificar o que temos com a China. Nós temos que valorizar, e muito.

O Deputado Nelson Marquezelli citou a questão do Brasil como dependente da América do Sul para sua posição no mundo. Do ponto de vista econômico, há uma base teórica e prática. A questão da regionalização foi verificada em todos os países do mundo, em todos os grandes *players* do comércio internacional. Os Estados Unidos se aliaram, criaram o bloco NAFTA com o México e o Canadá; a União Europeia é um exemplo disso; o bloco asiático, hoje comandado pela China, é extremamente integrado.

E há diversos estudos internacionais mostrando os benefícios de uma regionalização, de uma especialização para que depois se possa competir em nível global. Esse é um fenômeno que ocorre em todas as regiões do mundo. É natural e importante que ocorra aqui no bloco também. Mais uma vez, lembro a questão da qualidade das nossas exportações para os países vizinhos, *vis-à-vis* a qualidade — e qualidade não em termos depreciativos. Por favor, entendam, refiro-me à questão da agregação de valor em relação ao restante do mundo.

Aproveito para fazer um breve comentário sobre a questão da composição da pauta. O Deputado Luiz Carlos Hauly, se não me engano, citou a questão da composição da pauta, da balança liderada pelo agronegócio, que é responsável pelo saldo comercial brasileiro expressivo. Mas, em termos de exportações, nós ainda exportamos mais produtos manufaturados e semimanufaturados do que agrícolas. Portanto, o senhor está correto em termos de saldo comercial, porque nós exportamos muitos produtos agrícolas, agroindustriais e importamos muito poucos.



Em relação aos manufaturados e semimanufaturados, há um movimento de mão dupla, com uma forte presença de importações.

Também houve, por fim, perguntas do Deputado Eduardo Azeredo, e eu vou tentar respondê-las primeiro em relação à Tarifa Externa Comum no MERCOSUL, a TEC. A adoção pela Venezuela foi acordada em quatro etapas. Eles já cumpriram duas dessas etapas. Aliás, a segunda é agora em janeiro de 2014. Nós já teremos cerca de 40% das tarifas incorporadas e esse processo vai até 2016. Isso tanto em relação à adoção da Tarifa Externa Comum do bloco quanto em relação à desgravação interna dos produtos. O livre comércio de todos os produtos no bloco também foi segmentado em quatro etapas diferentes.

Em relação aos possíveis acordos com a CPLP, lembrou muitíssimo bem do esforço estratégico para o Brasil. Nós temos uma série de acordos de cooperação assinados com esses países. A aproximação política é muito grande. Em termos de acordo de livre comércio na área de bens, a resposta é não. De fato, nós temos essa regra do bloco que nos obriga a negociar em bloco, via MERCOSUL, mas quando tratamos de acordo na área de bens. Para acordos na área de investimentos — e eu lembro no começo da minha exposição a nova iniciativa brasileira de acordos de investimento —, nós podemos negociar bilateralmente.

A propósito, os primeiros países que nós procuramos para negociar esses acordos foram justamente Angola e Moçambique, pela proximidade política, econômica e pelo alto grau de presença de empresas brasileiras nesses países. Portanto, aqui nós vamos caminhar bilateralmente.

Finalmente, em relação à janela única, eu fico muito feliz com as suas palavras. Eu acho que nós temos pela frente um projeto realmente importantíssimo. O Deputado Nelson Marquezelli também fez referência a dois carimbos. O processo aqui, basicamente, é de integração, harmonização. Existe uma questão que muda todo o conceito do processo de exportação: a expressão é análise de risco.

Com o sistema mais eficiente de distribuição de informações, todos os órgãos terão *a priori* todas as informações necessárias para fazer as suas fiscalizações. Nós, obviamente, manteremos as competências intactas de todos os órgãos porque fiscalização é muito importante.



E segurança é fundamental. Isso pode ser feito de uma forma mais eficiente. É só isso.

Análise de risco. Eles receberão antes as informações e, *a priori*, definirão se irão, de acordo com, por exemplo, o cadastro positivo de empresas que têm um comportamento sempre correto no comércio internacional, avaliar e fiscalizar determinada carga.

Portanto, como o Deputado Eduardo Azeredo muito bem disse, o processo começa com o fluxo de informações e acaba lá na ponta, no porto, mudando todo o processo de exportação e importação no País.

É isso, de minha parte, em relação às perguntas. Espero ter respondido a todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Dr. Daniel.

O Deputado Rubens Bueno estava inscrito anteriormente e o Deputado Luiz Carlos Hauly pede uma réplica.

Com a palavra o Deputado Rubens Bueno. O Deputado Rubens Bueno tem uma filha que é Deputada do Parlamento italiano, representando os italianos que moram no Brasil. Da América do Sul, não é?

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Da América do Sul. O território eleitoral é a América do Sul.

Sr. Presidente, agradeço pela gentileza da lembrança, em nome da Deputada Renata Bueno.

Eu tenho aqui três perguntas. Vou pedir desculpas de antemão porque eu tive que sair para uma audiência no Supremo Tribunal Federal e talvez até já tenham sido respondidas, mas eu gostaria de fazer essas perguntas.

Nós tivemos recentemente um encontro dos países do MERCOSUL em Caracas, se não me engano em outubro, e sexta que vem, dia 15 de novembro, teremos mais uma etapa, exatamente da cobrança que se dá por não ter ainda a Argentina tomado posição com relação ao tratado ou possível acordo com o MERCOSUL e a União Europeia. Então, eu gostaria de ouvir algo sobre isso. Se já foi respondida essa pergunta, eu peço desculpas e depois eu acompanho pelas notas taquigráficas.



Há muita discussão na Argentina sobre isso e não há posição do governo em nenhum momento — se vai fazer; se não vai fazer. E o Brasil nessa dependência de saber como é que nós vamos nos comportar diante da magnitude de um acordo como esse envolvendo o MERCOSUL e a União Europeia. Enquanto isso nós temos os países do Pacífico crescendo, e crescendo muito. Eu começo a ver aqui alguns dados publicados recentemente que mostram que o Brasil está caindo no *ranking* da competitividade; a Argentina, nem se fale, porque está lá em penúltimo lugar; e a Venezuela, em último lugar. A Venezuela ainda tem essa história do passarinho, essa coisa que impressiona a todos. Mas, de qualquer maneira, essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta: nós estamos vendo que os americanos estão próximos de um acordo que poderá se dar em dezembro com a União Europeia. Isso poderá trazer, evidentemente, muitos prejuízos ao Brasil. Queria saber se o Governo brasileiro tem algum estudo sobre os impactos que isso pode provocar. Se não tiver, qual é o prognóstico que se pode fazer sobre isso?

A terceira pergunta é a que trata da Aliança do Pacífico, exatamente porque esse dinamismo que se dá nos países do Pacífico, o Acordo do Pacífico ou Aliança do Pacífico, chega, por exemplo, à assessoria da Presidência da República, onde um assessor da Presidência da República, que parece que é mais importante que o Itamaraty... A história do Itamaraty é uma bela história. Eu me sinto orgulhoso como brasileiro de saber da história do Itamaraty. Mas o assessor diz que “*não tira o sono*” essa coisa dessa Aliança do Pacífico, sabendo que isso está tirando, sim, o de muitos empresários e de muitos brasileiros que se preocupam com o País e com a sua economia.

E nós queremos saber, também, quais são suas implicações comerciais e econômicas para o avanço dessa Aliança do Pacífico com relação ao MERCOSUL e o que provocaria com relação ao MERCOSUL.

Então, com isso, eu ficaria aqui aguardando a resposta dos nossos convidados.

Agradeço a presença de ambos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Hauly.



O SR. DEPUTADO LUIZ CARLOS HAULY - A preocupação com que eu saio desta audiência pública é maior do que quando eu entrei com relação ao futuro das exportações do Brasil, do comércio mundial. Nós estamos extremamente dependentes dos produtos básicos, os agrominerais, que representam quase a metade das nossas exportações.

Eu estava lendo aqui agora o relatório da Associação de Comércio Exterior do Brasil:

“Exportação por fator agregado — a composição da pauta de exportação brasileira por fator agregado continua indicando a vulnerabilidade pela dependência de resultados da venda de produtos básicos, situação que se prolonga há já alguns anos. Em 2012, mesmo com a redução no valor exportado, a participação dos básicos continua próxima da metade do total exportado. Em valor: 46,8%, ligeiramente abaixo dos 47,8% de 2011, quando em 2001 era de 26.33%, percentual em torno da qual, até então, se mantinha desde meados dos anos 80.”

Eu digo assim: nós elaboramos a Lei Kandir pensando exatamente, na parte dos produtos básicos e semielaborados, em eliminar as barreiras tributárias que havia para termos um padrão de produtos industrializados, serviços e produtos básicos, agrícolas, minerais etc. sem tributação no conceito mundial, se não exporta tributos, em que pese o Brasil ter CSL e acabar exportando outros tributos, coisa que o Governo ainda não resolveu.

Mas, evidentemente, o que nós colhemos é o resultado de um crescimento extraordinário nas exportações de produtos básicos. Então, criamos um mundo de problemas para os Estados, porque, quanto às aduanas, cada Estado tem a sua política, o Governo Federal se salva e os Estados se matam, inclusive com a guerra de importação, e acaba que os Estados perdem na exportação, o ICM, e perdem na entrada, por conta da guerra fiscal. Esse é outro capítulo.

Mas eu quero dizer que nenhum país vai sobreviver vendendo matéria-prima. Então, nós estamos equivocados. Equivocados com o volume de importação de quinquilharias inundando o País, destruindo o nosso parque industrial, aliado à



guerra fiscal dos Estados, extremamente maléfica. Aliás, o Supremo — vou dizer mais uma vez — pode acabar com essa situação da noite para o dia, sem depender de nenhuma negociação do Governo Federal com os Estados. Nem o Senado e a Câmara precisariam fazer nada, basta o Supremo votar a Súmula Vinculante de uma decisão que já tomou há 2 anos no sentido de que não pode haver guerra fiscal, não pode haver incentivo fiscal sem que o Conselho Nacional de Política Fazendária — CONFAZ autorize. E eu estou dizendo isso porque, na essência do parque industrial brasileiro, um tem benefício e outro não tem, criando uma desigualdade competitiva maior ainda do que nós já temos pela nossa precária infraestrutura de estradas, portos, aeroportos, custo Brasil, tributação excessiva, sobretributação da mesma base de consumo etc.

Então, sem dúvida nenhuma, essa é uma constatação que eu faço. A segunda é que o MERCOSUL atrapalha o Brasil, lamentavelmente. O que foi um aprendizado desde a implantação, na década de 1980, hoje é um estorvo, é um empecilho para o Brasil fazer acordos bilaterais tranquilos de interesse da nossa economia local.

Nós somos a sexta ou sétima economia do mundo e estamos atrelados a três economias menores. Duvido que algum país do mundo tenha tamanha generosidade. A não ser que me provem que o Brasil tira proveito dessa situação, parece-me que nós estamos prejudicados. Eu não observo, em nenhum momento, que nós estamos sendo beneficiados com essa relação do MERCOSUL.

Sou pela integração das Américas. Entendo que deveríamos, não de forma multilateral, mas bilateral, aumentar o nosso comércio ao extremo com todos os países das Américas, sem dúvida nenhuma. Afinal de contas, estamos no mesmo continente.

Então, são essas as duas observações que eu queria fazer, dando ênfase ao fato de que o Brasil ainda não tem uma política de valor agregado, impedido por vários motivos. Eu gostaria de vender margarina de soja para a China, não soja em grão, ou o farelo, ou o óleo degomado. Vamos vender margarina, vamos vender biscoito. E fazer uma política de anos, para sair dessa condição. Se não dá para fazer uma política em 5 anos, faz em 10 anos ou faz em 20 anos. Aí, sim, ao



agregar, nós vamos gerar mais empregos, salários, impostos, etc. Todos nós vamos ganhar.

A China sabe fazer isso. Ela dá aula disso para nós. Um amigo meu de Manaus, ex-Deputado, me dizia: *“Haully, quando a China montou o seu modelo econômico lá atrás, ela veio olhar a Zona Franca. Mas nós ficamos para trás e eles foram para frente”*. E agora, como diz aí na indústria, eles estão com a quinta e última geração, que é a zona franca em Xangai, de 29 quilômetros quadrados. Vai ser a maior experiência econômica do mundo e totalmente diferente. Quero conhecer o que vai haver ali, o que eles vão experimentar. Será um paraíso fiscal dentro da grande China de 1,5 bilhão de pessoas.

Então é para o Brasil observar isso mesmo, observar o exemplo do que eles têm. A competitividade deles é imensa. E eles têm uma população sedenta para crescer e prosperar. Também no Brasil nós estamos com uma sociedade de consumo frenética por televisão, geladeira, carro. Daqui a pouco todo mundo vai querer viajar para o mundo inteiro. E vai mesmo. É este o desejo do ser humano: a busca de qualidade de vida e felicidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Deputado.

Deputada, V.Exa. quer fazer mais algum comentário? *(Pausa.)* Depois vou passar para os comentários finais dos dois convidados.

A SRA. DEPUTADA JAQUELINE RORIZ - No meu comentário final, Sr. Ministro e Sr. Secretário, deixo a seguinte pergunta: o MERCOSUL é bom para o Brasil? Nele o Brasil faz muitas concessões e está atrelado a países muito menores. E acho que não só nós Parlamentares, mas toda a população brasileira fica se perguntando se estamos até impedidos de crescer em função de acordos que, se fossem bilaterais, seriam muito mais vantajosos para o nosso País.

Agradeço a disponibilidade de cada um dos senhores e de V.Exa., Sr. Presidente, por estar aqui conduzindo este debate. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Deputada.

Passo a palavra ao Dr. Daniel para as suas respostas e os comentários finais.

O SR. DANIEL MARTELETO GODINHO - Obrigado, Deputado.

Quanto aos comentários do Deputado Haully, eu gostaria de tentar me explicar em relação ao que disse antes. O que eu tentei passar aqui, através de



números, foi que houve um aumento muito expressivo de exportações brasileiras de produtos agrícolas. Ao contrário do que se pensa, não houve queda de exportação de produtos manufaturados. É muito importante que isso fique registrado. Aliás, os produtos manufaturados chegaram a um patamar recorde em 2011 e se mantêm estáveis até o momento. Então o que há é um crescimento de participação na pauta dos produtos agrícolas e um movimento que é natural, dada a demanda chinesa por esses produtos.

Por que, Sr. Deputado, nossas exportações de manufaturados não cresceram e não acompanharam essa tendência? Por causa da crise econômica internacional. O país que é o principal destinatário das nossas exportações de manufaturados — e, diga-se de passagem, empatado com a Argentina — é os Estados Unidos. E nós tivemos uma queda de aproximadamente 40% da exportação desses produtos para os Estados Unidos, pelo desaquecimento da economia americana e todos os problemas que nós conhecemos.

Portanto, quando eu digo que é bem-vinda a demanda chinesa por produtos básicos brasileiros é porque ela nos ajuda no resultado da nossa balança. E esses produtos trazem uma carga de tecnologia embutida que muitas vezes é desprezada, mas que é real.

Concordo com o senhor: nós temos que fazer o exercício e o esforço para dar um salto. Esse é o objetivo permanente do Governo. No entanto, pela nossa visão, não é correta a avaliação de que nós estamos diante de uma crise e de que a pauta brasileira vive um problema sistêmico em termos de desagregação de valor. Haverá a recuperação da economia americana, um mercado tradicional para nossas exportações de manufaturados.

Principalmente, Deputado, dentre todas as novas iniciativas que estamos tomando, eu destaco mais uma vez os acordos de investimento. E investimento traz consigo serviços, os quais sempre trazem exportação de bens. Portanto, nós teremos exportação de bens de alto valor agregado a partir dos acordos de investimento nesses países com os quais estamos negociando.

E o acordo MERCOSUL-União Europeia também não pode ser visto como algo que beneficiará somente as exportações agrícolas brasileiras. Nós comprovamos que também haverá ganhos potenciais para o setor industrial brasileiro



para essas exportações. Todas essas iniciativas farão com que a gente recupere espaço, o que é o nosso objetivo comum na balança em termos de produtos de maior valor agregado.

Em relação à questão das vantagens do MERCOSUL, eu volto a apresentar um dado que mostrei no começo da minha exposição. Nós, nos últimos 10 anos, exportamos proporcionalmente muito mais para Uruguai, Paraguai, Argentina e Venezuela — com a recente adesão da Venezuela. Se quiserem desconsiderar a Venezuela em relação ao efeito MERCOSUL, tudo bem. Mas, considerando só Argentina, Uruguai e Paraguai, nós exportamos muito mais para esses países e exportamos muito mais produtos de valor agregado para esses países do que exportamos para o mundo e do que o mundo exporta para o mundo. Ou seja, as exportações brasileiras para o MERCOSUL cresceram muito mais do que as exportações brasileiras para o mundo e do que as exportações mundiais como um todo.

O que gerou esse resultado tem um nome. E esse nome é MERCOSUL. O MERCOSUL significa, do ponto de vista econômico, uma tarifa externa comum — ou seja, um muro de proteção de todos os nossos países em relação a todos os demais países do mundo — e, ao mesmo tempo, a livre circulação de produtos internamente no bloco.

Então hoje, por exemplo, para um determinado produto, a Argentina impõe um imposto de importação de 35% para o mundo e de 0% para o Brasil. Esse resultado é em função da existência do MERCOSUL. Daí a importância do bloco, que continua sendo fundamental para a nossa estratégia de comércio exterior. Mas ela não é única.

E para encerrar a minha fala, eu lembro também a minha primeira intervenção. Nós estamos ativos nas frentes multilateral, regional e bilateral. E elas não são excludentes; elas podem caminhar em conjunto. Elas caminharam em conjunto e com sucesso até o momento. E esperamos, principalmente com o exemplo de MERCOSUL-União Europeia, nós possamos dar mais passos nessa direção.



Eu finalizo agradecendo muitíssimo pela oportunidade e pela atenção de todos. Coloco-me novamente à disposição de V.Exas. sempre que julgarem importante ou necessário. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Vou pedir ao Ministro Ronaldo Costa Filho que possa fazer também as suas considerações finais.

O SR. RONALDO COSTA FILHO - Muito obrigado.

Eu queria rapidamente fazer um comentário sobre o que o Deputado Haully falou da questão da agricultura e indústria. Isso talvez seja muito visível no nosso comércio com a China. Mas, como disse o Secretário Godinho, é bom que haja essa demanda.

Quando verificamos o que se chamou muito de “primarização” da pauta de exportação do Brasil, nós nos sentamos e analisamos a pauta de exportação para a China de outros países comparáveis ao Brasil em termos de supridores dos produtos que aquele país demanda. Refiro-me a países como Estados Unidos, Canadá e Austrália, nenhum dos quais, pode-se dizer, é fraco industrialmente.

Em todos esses países você verifica o mesmo fenômeno: uma crescente preponderância de *commodities* na pauta de exportação para a China. Por quê? A demanda na China cresceu de uma forma tão violenta — os preços subiram — que essa tendência se verificou com todos os parceiros daquele país. Lembro o que ressaltou o Daniel Godinho: que esse aumento não se refletiu numa queda de exportação industrial. Trata-se de apenas uma percepção pelo valor relativo dos dois.

Deputado Rubens Bueno, a reunião do dia 15 de novembro não é uma cobrança argentina. A reunião do dia 15 de novembro, que foi acordada pelos chanceleres do MERCOSUL no último dia 30, é uma primeira reunião para o casamento das listas.

A situação que nós temos é a seguinte: o Brasil já anunciou que está pronto, que sua lista está pronta; o Uruguai já anunciou o mesmo; o Paraguai já anunciou o mesmo; e a Argentina nos disse que terminou o seu processo de consultas ao setor privado no dia 15 de outubro. E a reunião no dia 15 de novembro será a primeira oportunidade para que as listas sejam postas juntas na mesa, na construção da oferta do MERCOSUL em conjunto.



Sobre o acordo Estados Unidos-União Europeia, não é esta a parceria que está projetada para terminar em dezembro. O que está projetada para terminar é a famosa Parceria Transpacífica, que é o acordo da orla do Pacífico que envolve os países da Aliança do Pacífico, os Estados Unidos, o México, a Austrália, a Nova Zelândia e um grupo de países do Leste Asiático. Ela estava programada para terminar em dezembro, mas não há mais nenhuma confiança de que termine. As negociações são difíceis. A adesão do Japão agora no segundo semestre inseriu uma série de dificuldades adicionais. O Japão, como vocês sabem, tem acessibilidade a certo número de produtos agrícolas que podem criar novas dificuldades na negociação.

Sobre o acordo Estados Unidos-União Europeia, o prazo que se anuncia hoje é 2017. Houve apenas uma reunião completa, que foi uma primeira reunião exploratória de colocação de interesses na mesa. A segunda reunião teve que ser cancelada quando o Governo americano sofreu a restrição orçamentária pela não aprovação do orçamento. E a reunião subsequente também foi prejudicada pelo problema da crise de espionagem entre os Estados Unidos e a Europa. A reunião se realizou, mas teve um escopo muito limitado.

Tem riscos para o Brasil nesse acordo? É claro que tem, mas não tanto por desvio de comércio, o que poderia acontecer em alguns poucos produtos. O risco maior que nós identificamos é a questão de estabelecimento de padrões regulatórios novos pelas duas maiores economias, o que pode impactar o comércio do Brasil e pode se tornar um padrão novo sem a participação do nosso País. Por essa razão, conforme nós salientamos, temos uma grande preferência pela OMC como foro de decisão desse tipo de matéria.

Finalmente sobre a Aliança do Pacífico, o que se diz é que ela não nos tira o sono, ou seja, não introduz um novo quadro de liberalização comercial. Os países da Aliança do Pacífico já têm acordos de livre comércio entre si, então a formação num bloco não vai mudar o padrão de comércio entre eles. Nós já temos acordos de livre comércio com três deles e um acordo parcial com o México. E nós também não identificamos que vá mudar o padrão de comércio do Brasil com esses países. É nesse sentido que a Aliança do Pacífico não nos tira o sono.



O que nós identificamos na Aliança do Pacífico é uma iniciativa que sinaliza que esses países estão voltados para esse novo polo dinâmico do Pacífico e querem se integrar nas cadeias de valor que se estabelecem na região, sobretudo na Ásia e no Pacífico.

Como palavra final, eu acho que um pouco em comentário ao que disse a Deputada Jaqueline Roriz, nós entendemos a preocupação com a situação do MERCOSUL atual, o que é compreensível. Mas, como eu disse, é um casamento, é uma iniciativa de longo prazo. É um momento turbulento? É. Mas qual é o casamento que não tem um momento turbulento? A iniciativa é de longo prazo. E nós apostamos que ela é um esforço de integração que, em longo prazo, é de extrema relevância para a inserção externa do Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo Azeredo) - Obrigado, Ministro.

Eu quero dizer aos Deputados que eu vou pedir à Secretaria para copiar esses dados estatísticos que o Secretário Daniel Godinho nos deixa sobre o intercâmbio do Brasil com o Mercado Comum e com a Europa. Também os memorandos sobre o Reino Unido estarão à disposição dos demais Parlamentares.

Quero agradecer muito a presença do Ministro Ronaldo Costa Filho e do Secretário Daniel Marteleto Godinho, que são executores da política externa. Eu acho que é muito importante a presença dos dois, porque os Ministros que normalmente nós convidamos são os que dão as diretrizes, enquanto que as pessoas que executam são aquelas que estão conosco aqui no dia a dia. Portanto nós agradecemos a presença de ambos.

Eu acho que os questionamentos colocados aqui foram realmente importantes. Nós temos algumas dúvidas sobre os rumos especialmente do MERCOSUL. A questão não é se ele tem sido vantajoso ou não, mas se ele poderia ser melhor. Eu acho que é este o questionamento: o MERCOSUL não poderia ser melhor se tivéssemos menos amarras?

Muito obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.